

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

ALICE ISLABÃO LOPES

**O direito ao lazer no Município de Pelotas: uma análise a partir
da visão da população de baixa renda.**

Pelotas
2011

ALICE ISLABÃO LOPES

**O direito ao lazer no Município de Pelotas: uma análise a partir
da visão da população de baixa renda.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política Social.

Orientador: Prof.Dr.Fábio Souza da Cruz.

Pelotas
2011

Alice Islabão Lopes

**O direito ao lazer no Município de Pelotas: uma análise a partir
da visão da população de baixa renda.**

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador Prof. Dr. Fábio Souza da Cruz.

1ª Examinadora Prof^ª. Dra. Dalila Rosa Hallal

2ª Examinadora Prof^ª. Dra. Mara Rosange Acosta Medeiros

PELOTAS
2011

RESUMO

Este trabalho de dissertação é requisito para a conclusão de Mestrado em Política Social da Universidade Católica de Pelotas/RS e está vinculado à linha de pesquisa questão social, direitos humanos e acesso à justiça. A presente investigação objetiva analisar a visão dos moradores de baixa renda, de Pelotas, RS, a respeito do lazer, oportunidades e barreiras que encontram para a vivência desse direito. A pesquisa foi desenvolvida junto a moradores do bairro São Gonçalo, beneficiários do Programa Bolsa Família, atendidos pelo CRAS São Gonçalo, através de uma abordagem qualitativa. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica para suporte teórico do trabalho e entrevistas semiestruturadas com 20 beneficiários do programa. Os resultados da pesquisa evidenciam que grande parte da população estudada desconhece a importância do lazer, bem como o fato do mesmo constituir-se um direito social, fazendo com que a mesma, privada de espaços e equipamentos destinados ao lazer, bem como recursos financeiros para usufruir deste direito, permaneça à margem desta discussão, não reivindicando a legitimação do referido direito. Entende-se que para que o lazer seja realmente legitimado como direito social, é de fundamental importância a sensibilização da população, bem como do poder público para a sua importância, a fim de que o mesmo seja visto não mais como um objeto de consumo, ditado pela indústria cultural, mas como um direito, um fator de desenvolvimento humano pleno, onde o indivíduo seja pensado e respeitado em toda sua complexidade.

Palavras-Chave: Lazer, renda, direito.

ABSTRACT

This dissertation is a requirement of completion of master's degree in social policy at the catholic university of Pelotas-RS, and is tied to the line of research social issues, human rights and access to justice. This research aims to analyze the vision of low-income residents of Pelotas, about leisure, opportunities and barriers they encounter to the experience of this law. The research was conducted with residents of the neighborhood São Gonçalo, beneficiaries of Bolsa Família attended by CRAS São Gonçalo through a qualitative approach. A bibliographic search was made to support the theoretical work together with semi-structured interviews with 20 recipients of the program. The results show that much of the population is unaware of the importance of leisure as well as the fact that the same constitute a social right, making the same, private spaces and facilities for leisure, as well as financial resources to enjoy this right, stay on the sidelines of this discussion, not claiming the legitimacy of that law. It is understood that to be truly legitimized leisure as a social right, is a crucial to raising awareness of this population, and the public power to this fact in order that it be seen not as an object of consumption, saying cultural industry, but as a right a factor of full human development where the individual is thought and respected in all its complexity.

Keywords: leisure, justice (right), finance.

DEDICATÓRIA

À minha mãe, pelo exemplo de vida e de ser humano.

AGRADECIMENTOS

À minha família, base de tudo em minha vida.

Aos meus amigos e colegas que auxiliaram na realização deste.

Ao meu orientador Prof.Dr.Fábio de Souza da Cruz, por ter acreditado na proposta do trabalho.

As prof^{as} Drs Dalila Hallal e Mara Rosange Medeiros pelas preciosas contribuições durante a banca de qualificação.

Aos professores e professoras do Mestrado pelos ensinamentos recebidos.

Aos funcionários do CRAS São Gonçalo pelo apoio.

Enfim, a todas as pessoas que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para realização deste trabalho de pesquisa.

Comida

Bebida é água

Comida é pasto

Você tem sede de que?

Você tem fome de que?

A gente não quer só comida,

A gente quer comida, diversão e arte

A gente não quer só comida,

A gente quer saída para qualquer parte

A gente não quer só comida,

A gente quer bebida, diversão, balé

A gente não quer só comida,

A gente quer a vida como a vida quer

Bebida é água

Comida é pasto

Você tem sede de que?

Você tem fome de que?

A gente não quer só comer,

A gente quer comer e quer fazer amor

A gente não quer só comer,

A gente quer prazer pra aliviar a dor

A gente não quer só dinheiro,

A gente quer dinheiro e felicidade

A gente não quer só dinheiro,

A gente quer inteiro e não pela metade

(Arnaldo Antunes / Marcelo Fromer / Sergio Brito)

LISTA DE SIGLA E ABREVIATURAS

CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL

CF 1988 – CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL DE 1988

PBF – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

WLRA – ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE RECREAÇÃO E LAZER

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO LAZER	
1.1 TEMPO LIVRE-HISTÓRICO: SOCIEDADES PRÉ-INDUSTRIAIS	13
1.2 TEMPO LIVRE E SOCIEDADE INDUSTRIAL.....	17
1.3 O LAZER NA SOCIEDADE GLOBALIZADA: MODERNIDADE/PÓS- MODERNIDADE	21
1.4 O LAZER NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO	27
1.5 CONTEXTUALIZANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO BRASIL...33	
2 SOCIEDADE PÓS MODERNA: ALGUMAS REFLEXÕES	44
3 O DIREITO AO LAZER NO MUNICÍPIO DE PELOTAS	
3.1 SIGNIFICADO DO LAZER	55
3.2 IMPORTÂNCIA DO LAZER NA VIDA DOS ENTREVISTADOS E DE SUA COMUNIDADE.....	57
3.3 ATIVIDADES DE LAZER MAIS PRATICADAS NA LOCALIDADE	59
3.4 REIVINDICAÇÕES QUANTO O DIREITO AO LAZER	60
3.5 PROJETOS DE LAZER, NA LOCALIDADE, DESENVOLVIDOS PELO GOVERNO DO MUNICÍPIO.....	62
3.6 MEIOS DE COMUNICAÇÃO PELOS QUAIS A COMUNIDADE DOS BAIRROS É INFORMADA DAS PROMOÇÕES NA ÁREA DE LAZER, DESENVOLVIDAS NO MUNICÍPIO DE PELOTAS	63
3.7 DIFICULTADORES QUE A POPULAÇÃO ENCONTRA PARA O ACESSO AO LAZER	64
3.8 ESPAÇO FÍSICO E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO LAZER NO BAIRRO.66	
3.9 TIPO DE LAZER QUE OS MORADORES GOSTARIAM QUE TIVESSE NA LOCALIDADE.	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICES	78

INTRODUÇÃO

A crescente quantidade de produção literário-acadêmica no campo de investigação sobre lazer demonstra que a atividade tem sido objeto de estudo e interesse em muitos países, dado o papel social e econômico que vem assumindo ao longo dos anos.

Por permear diversas áreas do conhecimento, o lazer não se estabelece num corpo teórico independente, único e com dinâmica própria, o que de fato tem gerado confusão e dificuldade, principalmente no meio acadêmico, de evidenciar sua natureza científica.

O presente estudo surgiu do interesse e necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o direito ao lazer, tema que atualmente vem sendo discutido em diferentes parcelas da população, devido a sua relevante contribuição para o desenvolvimento de uma sociedade, importância esta que tem sido cada vez mais reconhecida, fazendo com que o mesmo assuma maior espaço e relevância nas pesquisas científicas, nos debates acadêmicos e políticos. Mas, por outro lado, percebe-se que essa discussão não envolve, ainda, a sociedade em geral, podendo - se afirmar, assim, que grande parte da população tem ainda uma visão restrita sobre o que seja o lazer e o quanto esse tema é abrangente e importante.

Durante muito tempo, o lazer como direito social, foi relegado a segundo plano, considerado, por muitos, como algo supérfluo e, numa suposta escala hierárquica de necessidades humanas, considerado menos importante que a educação, saúde, moradia e saneamento, negligenciando que existe a relação direta entre o lazer e os mesmos, e, ainda, sua importância na qualidade de vida, as quais não podem ser desconsideradas.

É na defesa da ampliação do acesso ao lazer que o presente trabalho se posiciona, por compreendê-lo como um direito de todos, previsto na Constituição Brasileira de 1988, e uma das necessidades básicas para o desenvolvimento e qualidade de vida dos cidadãos.

É função do Estado, elaborar políticas de acesso a este direito que também é básico. Contudo, para que estas políticas sejam elaboradas de acordo com as necessidades da população, bem como suas especificidades, é prioritário que se busque e garanta a participação da população tanto na formulação quanto na implantação das políticas, para que parta da mesma as idéias que nortearão a ação do poder público, para que vise não apenas ações compensatórias que ajudam a atenuar problemas, mas de uma maneira que leve também os cidadãos a uma reflexão crítica sobre os valores da sociedade, e ocupem a posição de sujeitos protagonistas de suas ações e seus direitos e busquem:

[...] novas formas de lutas e resistência que permitam tanto frear os efeitos discriminatórios da dinâmica de injustiças e exclusão aberta pelo modelo de gestão macroeconômico enraizado em nosso país pelo avanço neoliberal, contribuindo assim, para a formulação de políticas públicas e projetos sociopedagógicos verdadeiramente inclusivos que afirmem o lazer como direito social e pressupostos de bem-estar e desenvolvimento humano (MASCARENHAS, 2007, p. 18).

Entende-se que é necessário ampliar o leque de reflexão, discussão e compreensão sobre o tema para que a população possa apoderar-se do conceito de lazer como direito e, enfim, buscar sua efetivação.

A revisão bibliográfica da pesquisa buscou em diferentes autores conceitos e posturas em relação ao tema a fim de situá-lo no tempo e no espaço, para servirem de base para a análise e interpretação dos dados coletados nas entrevistas do trabalho de campo, partindo-se da noção de impossibilidade de compreender o lazer, separando-o dos problemas que ocorrem no modo de produção da existência capitalista como um todo. Compreende-se o lazer, a maneira como se apresenta hoje em nossa sociedade, como fruto de transformações historicamente ocorridas na maneira como os homens vão produzir sua existência, principalmente na passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, a consolidação do sistema capitalista e transformações ocorridas na política e economia mundial fazendo com que chegássemos a sociedade globalizada. A pesquisa partiu do estudo do tempo livre nas sociedades pré-industriais, passando pelas diversas mudanças sociais, econômicas e culturais ao longo dos tempos, o lazer nas sociedades industrializadas, pré e pós moderna. Após, apresenta-se algumas reflexões a respeito da sociedade pós moderna, a globalização em que vivemos, e sua influência tanto no lazer, quanto nos outros aspectos da vida do homem, como comportamentos, trabalho, costumes, conceitos, valores.

Por fim, apresenta-se o desenvolvimento da pesquisa de campo, a metodologia utilizada e as respostas às entrevistas, exposição das idéias sobre lazer, presentes na visão dos entrevistados, que são interpretadas e analisadas a luz do referencial teórico, acreditando-se que, se desejarmos promover uma reflexão sobre o lazer, é importante que as ações sejam ajustadas aos interesses, necessidades e referências culturais dos participantes e combinadas com o conhecimento historicamente construído pela humanidade.

1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO LAZER

O significado do tempo, todavia não se esgota na mera duração exterior da vida, passível de divisão em unidades maiores ou menores (como as horas, os dias, as semanas e os anos). Além deste critério objetivo e impessoal, também o tempo se deixa medir, em termos de vivência individual, por critérios subjetivos, isto é, pela intensidade com que cada um de nós o sente. Neste sentido, cada momento vale pela densidade das emoções, pela gradação da afetividade de que está carregado. Sob este segundo aspecto, mais do que a quantidade, assume importância a qualidade dos instantes vividos”. (BACAL, 2003).

1.1 TEMPO LIVRE-HISTÓRICO: SOCIEDADES PRÉ-INDUSTRIAIS

Se verificarmos os relatos de historiadores a respeito da humanidade ao longo de muitos anos, podemos perceber através de alguns hábitos e costumes, que os indivíduos sempre buscaram formas de diversão: “importantes em seu cotidiano tanto quanto as formas de trabalho, religiosidade ou constituição familiar, não é possível separar as maneiras de jogar, brincar e se distrair do conjunto geral das atividades cotidianas”. (MELO; ALVES 2003,p.12).

Começamos então a pensar a Grécia antiga, para os gregos, o trabalho era encarado com desprezo, pois para eles as mazelas advindas do trabalho os impossibilitava de desfrutarem o que para eles tinha mais valor, pois os mesmos valorizavam acima de tudo a contemplação, a beleza. Para os gregos a produção de objetos materiais era muito inferior a produção de idéias. Neste sentido, segundo esta concepção, o trabalho os “roubava” o tempo livre, de contemplação da beleza, de apreciação do belo e o florescimento da idéias. (CHEMIN, 2008).

Para os gregos, o tempo livre ganhava importância, “não como momento de pura desocupação, mas como oportunidade de crescimento espiritual, tempo este, denominado SKHOLÉ”. E, ainda, somente o tempo livre enquanto princípio de vida, contrário a sujeição ao trabalho, poderia permitir o completo alcance do desenvolvimento humano (MELO; ALVES, 2003, p.18).

Bacal (2003, p.41) descreve assim a vida na Grécia antiga: “a vida do grego transcorria, fundamentalmente nos ginásios, nas termas, no fórum e em outros lugares de reunião”.

Assim sendo, a elite grega, dispunha de seu tempo livre, enquanto que o trabalho, considerado por eles indigno, desprestigiado, era realizado por escravos, mulheres e

estrangeiros que por lá viviam. (CHEMIN, 2008). Nas palavras de Melo e Alves (2003.p.21), articulava-se um princípio que justificava mesmo a escravidão: “Somente o homem que possui tempo livre é livre, já que pra ser livre o homem deve possuir tempo livre”.

Este princípio grego de vida, é sabiamente resumido por De Masi (2000,p.78), quando afirma que a riqueza grega: “ não deriva da posse de objetos úteis ou vistosos, mas da capacidade , levada ao inverossímil, de captar e saborear profundamente as sensações e os significados positivos inseridos nas coisas, nos acontecimentos e idéias de todos os dias”.

Para eles, o tempo livre não significava estar ocioso, ou seja, não fazendo nada, mas sim se dedicando a operações de natureza intelectual e espiritual “que se traduziam no exercício da contemplação da verdade, do bem e da beleza, de forma não utilitária. Esta contemplação constituía para o grego a forma mais elevada de vida.” (BACAL, 2003.p.42).

Com o passar do tempo, a perspectiva de vida grega foi se diluindo, houve na época, uma anexação de Grécia a Roma fazendo com que o modo helênico de vida da mesma sofresse grandes modificações. O povo Romano era um povo guerreiro que não encarava o trabalho de forma tão negativa, e em sua concepção o tempo de não trabalho era encarado como tempo de recuperação e preparação do corpo e do espírito para a volta ao trabalho e não mais apenas como tempo dedicado à contemplação. (MELO; ALVES, 2003).

Bacal (2003, p.46), sintetiza as principais diferenças entre a percepção Grega e a Romana em relação ao tempo livre. Segundo ela:

Para os gregos o ócio (skolé) pode ser considerado como um estado de alma que consiste em o indivíduo sentir-se livre do trabalho, que é relegado a escravos, para poder ascender à sabedoria. A interpretação do ócio (otium) em Roma revela um conceito em que predomina o significado do descanso e da diversão, necessários para a preservação das condições de poder trabalhar.

Partindo de estudos como os de Melo e Alves (2003) podemos identificar em Roma, o desenvolvimento de uma preocupação com a diversão popular, diversão esta, segundo os autores, não mais restrita as elites, porém:

Isso não significava que a elite e populares compartilhassem as mesmas possibilidades de acesso à diversão: somente para a 1ª eram possíveis as atividades em que a reflexão fosse elemento de destaque, enquanto aos segundos eram oferecidos práticas de distração e alienação. Organizadas pelo próprio Estado, as práticas populares eram desprezadas pela elite como vulgares. Inaugurava-se o que chamamos de política de pão e circo, uma forma de dominação e controle da massa. (MELO E ALVES, 2003,p.23).

Na era medieval, observa-se uma mudança no sentido e no significado do aproveitamento do tempo livre (do não-trabalho): “neste ambiente, a prioridade era a contemplação da divindade, a atividade intelectual, depois o trabalho manual, os nobres desfrutavam do ócio, enquanto seus servos trabalhavam no campo, ou, em épocas de guerra, incorporados às tropas de seus senhores feudais.” (CHEMIN, 2008.p.20).

Podemos perceber que mesmo no Cristianismo, ainda se mantém a valorização do ócio e da contemplação, porém, diferente da Grécia, esta contemplação tinha a finalidade especificamente religiosa.

Com a priorização do sagrado, observado nos tempos medievais a população em geral mantém seu tempo livre ainda mais controlado “já que se começa a estabelecer limites ao que pode ser vivenciado, com base em um rígido conceito de pecado instituído pela igreja católica”. (BACAL, 2003.p.52).

Sobre este tempo Melo e Alves (2003), relatam que para os nobres, o ócio passava a ser um tempo de exibição social, de exposição de gostos luxuosos, motivo de distinção e poder. Ainda segundo os mesmos autores, “o tempo de vida era destinado a vivências não produtivas, uma forma de expressão de poder e riqueza. Destacando-se para este estrato social a capacidade de consumir e saber consumir”.

Assim sendo, o trabalho era considerado tarefa dos menos abastados, as atividades consideradas menos dignas, ficavam por conta dos camponeses e servos (período feudal).

Dentro destes preceitos, o Cristianismo ajudou a manter a ordem social durante a idade média, pois defendiam que a ordem hierárquica da sociedade era estabelecida por Deus, ou seja, Deus atribuía diferentes funções a cada grupo ou indivíduo e, ainda, consideravam que as dificuldades humanas bem como os trabalhos deveriam ser suportados como uma maneira de purificação em busca da felicidade na vida eterna. (BACAL, 2003).

Durante este período, as principais atividades de trabalho eram ligadas a terra, o que incentivou o desenvolvimento do trabalho artesanal, a intensificação do comércio com o excedente da criação de animais e da agricultura. São também desta época o surgimento da moeda, da pólvora, da vela moderna, a difusão da bússola, enfim, inovações que contribuíram para o avanço da humanidade. (BACAL, 2003), (CHEMIN, 2008).

Com o desenvolvimento do comércio começa a surgir uma classe denominada de burguesia, composta por comerciantes bem sucedidos “cuja expansão capitalista gerou mais tarde a revolução industrial”. (BACAL, 2003). Esta nova classe passou a viver nos denominados “Burgos”, que mais tarde deram origem as cidades e a gozar de autonomia em relação ao poder feudal, fato este, que somado ao aumento da circulação das moedas,

principalmente nas cidades (desarticulando o sistema de trocas de mercadorias, característica principal do feudalismo), desenvolvimento dos centros urbanos, provocando o êxodo rural, muitos servos passaram a comprar sua liberdade ou fugir, atraídos por oportunidades de trabalho nos centros urbanos, fazendo desses, alguns dos motivos para que em meados do século XII, começassem a haver transformações na sociedade, que contribuíram para a crise do sistema feudal e o surgimento de bases de um novo sistema, o capitalismo (SALINAS,1998).

Assim, percebemos que com as transformações sofridas pela humanidade ao longo dos tempos em decorrência de razões históricas, econômicas e sociais podemos verificar as mudanças nos seres humanos em relação aos valores que regem a sua vida,

[...] com a ascensão do puritanismo e as idéias reformistas, promovidas pela fundação das primeiras religiões protestantes, a idéia de trabalho como algo fundamental para a humanidade começa a ganhar força, até porque as novas religiões introduzem a mentalidade de que o acúmulo de riquezas é filosoficamente aceitável (MELO E ALVES, 2003.p.32).

As palavras de Melo e Alves, são legitimadas por Bacal (2003), no que se refere a grande influência que a reforma protestante trouxe para a concepção de trabalho e do templo livre para a sociedade. De acordo com a mesma, a nova interpretação da Bíblia, feita por Lutero mediante a reforma introduziu a idéia de trabalho como uma missão de Deus, isto é, houve uma valorização do tempo dedicado ao trabalho e das riquezas e acumulações advindas dele. O não trabalho neste contexto passa a ser considerado inimigo do trabalho e um dos maiores pecados ao qual se pode submeter à espécie humana. Conforme Bacal (2003,p.55) “reformistas dedicaram-se a formular uma ideologia enobrecedora do enriquecimento, conceituado como sinal de benesse divina, dignificadora do trabalho e condenatória de antigas atitudes senhoriais de ócio e fruição, bem como da sua contraparte, a mendicância”.

Com isso, mais uma vez, o tempo das camadas populares torna-se controlado, para que não se dediquem a atividades indignas e ou que signifiquem perda de tempo, sendo assim, as atividades de diversão e os festejos “quando não reprimidos, são no mínimo “modificados para se adequarem aos novos sentidos em construção. Essas concepções foram fundamentais à construção do capitalismo e do novo modelo de produção que estava a ser gestado”. (MELO e ALVES, 2003.p.40).

1.2 TEMPO LIVRE E SOCIEDADE INDUSTRIAL

“O mundo moderno é um mundo de trabalhadores, que luta por transformar a natureza e que ufana na ocupação de forças humanas num sentido fundamentalmente operativo”. (SEARA, 1961).

Na idade moderna, diversos fatores como a ampliação das dimensões do mundo econômico, o acúmulo de capitais financeiros devido ao comércio internacional de mercadorias, as grandes descobertas feitas através das navegações, a formação de Estados Modernos, a evolução da ciência, acabaram por alterar drasticamente a visão do homem a respeito do mundo e dos valores sociais.

Neste período, o tempo dedicado ao trabalho acaba por adquirir aceitação e força no consenso social. (BACAL, 2003). Ainda segundo a autora, este tempo é também conhecido como Revolução Industrial. O período da Revolução Industrial é descrito por Chemin (2008) como um período que envolveu um conjunto de mudanças principalmente nos sistemas de produção, onde a fábrica-unidade industrial substituiu antigo sistema de produção doméstico. Este sistema implicava na concentração de dezenas, centenas e até milhares de trabalhadores em um mesmo local de trabalho, utilizando-se assim em larga escala o trabalho assalariado, também de acordo com a autora, foi deste período o surgimento de duas classes sociais com interesses opostos e claramente definidos, a burguesia industrial e o proletariado.

“Impulsionada pela acumulação primitiva de capital, a Revolução Industrial redimensionou e consolidou o sistema capitalista, colocando fim à preponderância do capital mercantil sobre o industrial”. (CHEMIN, 2008, p.22).

Sobre isto Dumazedier (2000) descreve que com o advento da implantação do modelo de produção fabril e da organização do trabalho em fábricas, houve também uma artificialização dos tempos sociais. Isto porque o tempo de vida diário passa a ser demarcado pela jornada de trabalho, que por sinal era excessiva no início do capitalismo. Assim os trabalhadores (homens, mulheres e crianças) trabalhavam de 12 a 16 horas por dia, sem direito a férias ou aposentadorias. O homem passava assim a se submeter às imposições das máquinas.

Neste sistema, denominado capitalismo, o lucro privado, a lógica financeira, acabam por reger a existência humana e os trabalhadores passaram a vender sua capacidade de trabalho, ou seja, sua mão de obra em troca de salário. Nesta sociedade, eram muitos os que

tinham que vender seu trabalho para poder sobreviver e muito poucos os que podiam comprá-lo. Os trabalhadores foram perdendo sua autonomia de criação e o controle do seu tempo e produzindo cada vez mais e mais rápido sob encomenda dos capitalistas: “com o capitalismo, o trabalho passa a ser alienado e alienante, pois os trabalhadores não produzem apenas por prazer ou por necessidade de usar o produto do seu trabalho”. Assim, segundo Padilha (2008) “talvez o símbolo da Revolução Industrial tenha sido menos a máquina a vapor e mais o relógio e a imposição do tempo da máquina”.

Vejamos o que diz Marx (1989, p.300), a respeito das condições de vida dos trabalhadores:

Fica claro desde logo que o trabalhador durante sua existência nada mais é do que força de trabalho, que todo seu tempo disponível é por natureza e por lei tempo de trabalho, a ser empregado no próprio aumento do capital. Não tem qualquer sentido o tempo para educação, para o desenvolvimento intelectual, pra preencher funções sociais, para o convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais, pra o descanso dominical mesmo no país dos santificadores de domingo. Mas em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por trabalho excedente, viola o capital os limites extremos, físicos e morais, da jornada de trabalho. Usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e a saúde do corpo. Rouba o tempo necessário para se respirar ar puro e absorver a luz do sol. Comprime o tempo destinado às refeições para incorporá-lo sempre que possível ao próprio processo de produção, fazendo o trabalhador ingerir os alimentos, como a caldeira consome carvão, a maquinaria, graxa e óleo, enfim, como se fosse mero meio de reprodução.

Neste contexto, como afirma Dumazedier (2000), o tempo do não trabalho também se artificializou e foi nesse processo que surgiu o que hoje definimos como lazer.

Claro que esta teoria que defende o surgimento do lazer no período industrial é geradora de polêmica, pois divide opiniões de diversos autores, alguns defendem que os homens sempre trabalharam e também sempre paravam de trabalhar, existindo assim um tempo de não trabalho, e que esse tempo seria ocupado por atividades de lazer, mesmo nas sociedades tradicionais enquanto que para outros, o lazer é fruto da sociedade moderna urbano industrial.

Para os que acreditam que o lazer existia em todos os períodos e em todas as civilizações, Dumazedier (2000) afirma sobre o período arcaico que o tempo fora do trabalho existe desde o tempo do surgimento do próprio trabalho, porém para o autor o lazer possui traços específicos, característicos da civilização nascida da revolução industrial porque nas sociedades do período arcaico, o trabalho e o jogo estavam integrados às festas pelas quais o homem participava do mundo dos ancestrais. Então tanto o trabalho quanto as festas e jogos, embora bastante diferentes, possuíam significações semelhantes na vida essencial da comunidade. Também não seria correto considerar os xamãs ou os feiticeiros dispensados do trabalho ordinário como uma classe com privilégio ao lazer, pois na cultura da época, eles

representavam funções mágicas ou religiosas essenciais à comunidade fazendo do lazer um conceito inadaptado ao período arcaico.

Sobre o surgimento do lazer nas sociedades pré-industriais também Dumazedier (2000) se mostra contrário, pois segundo ele o mesmo não existia nestas sociedades, visto que o trabalho se incluía nos ciclos naturais das estações e dos dias se intensificando nas boas e diminuindo o ciclo nas más, mantendo assim um ritmo natural cortado por pausas, cantos, jogos, evidenciando que entre o trabalho e o repouso não existia um corte nítido. Com isto, evidentemente, não se apresentavam nestas sociedades, propriedades do lazer moderno, fazendo com que embora as civilizações tradicionais da Europa ficassem mais de 150 dias por ano sem trabalhar não se configurasse lazer.

Quanto a esses posicionamentos antagônicos a respeito da origem do lazer, verificamos que embora não exista um consenso, (algo, aliás, muito difícil em se tratando de relações sociais), a maior parte dos autores e estudos na área concorda que o lazer tal como se apresenta em nossa vida social contemporânea teve início no período industrial. “O período de consolidação dos processos de industrialização/urbanização é o que marca com contornos mais nítidos os campos das obrigações, sobretudo do trabalho e do lazer”. (MARCELLINO, 2008). Então concordando com esta perspectiva voltemos ao tempo livre na sociedade moderna industrial.

Com todas as transformações sofridas no modo de vida, a partir da revolução industrial, pode-se verificar um inchaço nas cidades, pois os indivíduos abandonavam as áreas rurais em busca de trabalho, no entanto, as condições dos trabalhadores tornavam-se cada vez mais precárias, a qualidade de vida cada vez piorava e a pobreza aumentava a cada instante. Neste ínterim, “não foi fácil e pacífico enquadrar as camadas populares no novo modelo de trabalho, que trouxe em seu bojo um maior controle social e os muitos outros problemas”. (DUMAZEDIER, 2000).

As camadas populares descontentes com a situação começaram a se organizar e reivindicar seus direitos, o que poderia acabar por colocar em risco o sistema que estava sendo construído.

Tal organização se dava até mesmo em função dos desdobramentos e dos ecos da Revolução Francesa, possibilitada pela aliança entre burguesia de poder ascendente e as camadas populares, logo traídas pelas primeiras no decorrer dos fatos. De qualquer modo, gestaram-se formas de consciência não identificáveis anteriormente. Alias, vale aqui lembrar que todas as conquistas das classes trabalhadoras foram fruto de suas próprias reivindicações e lutas, e não concessões dos donos dos meios de produção. (DUMAZEDIER, 2000, p.48)

Com a organização e conscientização das camadas populares, a ordem vigente começou a ser ameaçada, fazendo com que a mesma visse a necessidade de ações e propostas que garantissem o enfraquecimento ou a dissolução destas organizações que iam contra o sistema. Para isso, o controle das diversões populares (jogos, feiras, tabernas) passou a ser algo de extrema importância, pois eram consideradas perigosas, pois iam contra a lógica de trabalho “escravo” e também porque “eram nos momentos de lazer que os trabalhadores se reuniam, tomavam consciência de sua situação de opressão e entabulavam estratégias de luta e resistência”. (DUMAZEDIER, 2008). Era neste tempo que o trabalhador estava livre da opressão do trabalho e poderia refletir sobre sua situação e também alternativas para superá-la.

Dentro das reivindicações dos trabalhadores, estava sempre presente a luta pela redução da jornada de trabalho, visando o descanso, a diversão, cada vez mais distantes de sua realidade devido aos problemas de urbanização, industrialização e miséria cada vez mais presentes em seu cotidiano, contudo, o controle do tempo livre, foi garantido pela articulação entre poder judiciário, forças policiais e igreja. O poder judiciário aprovava as leis que eram mantidas através de um sistema policial e legitimadas pela intervenção da religião que se inseria nos meios populares através da ajuda tanto espiritual quanto material diante da difícil situação de pobreza verificada na época. (DUMAZEDIER, 2008).

As classes dominantes, conforme o mesmo autor, também começaram um processo de descaracterização das atividades populares, modificando seus significados para assim garantir o controle sobre as mesmas.

Diversas formas de diversão tradicionais na época, como brigas de galo, touradas começaram a serem perseguidas, consideradas costumes bárbaros, atrasados. Para substituí-las as classes dominantes ofereciam o esporte moderno, onde os populares eram limitados a apenas assistir aos espetáculos e a distinguir os mais ricos devido a suas vestimentas diferenciadas e a prioridade ao acesso dos locais. As camadas populares também eram excluídas da organização das novas práticas visto que isto ficava a cargo das elites que acabavam por ganhar de duas formas, através do lucro das vendas dos espetáculos e também da desarticulação e do controle da população. (DUMAZEDIER, 2008).

Não devemos, no entanto cair no erro de pensar que este controle não encontrou resistência. Embora ele tenha atingido uma parcela bastante significativa da população, houve pessoas que mantiveram as maneiras tradicionais de diversão como forma de resistir ao controle, criando até clubes, bandas e festas específicos das camadas populares. Isto posto, podemos perceber que:

[...] não é possível pensar no lazer como um fenômeno pacífico, inocente, ingênuo ou dissociado de outros momentos da vida. O moderno fenômeno do lazer foi gerado de uma clara tensão entre as classes sociais e da concorrência contínua e complexa de controle/resistência, adequação/subversão. Estamos falando de um conjunto de ações traçadas e implementadas no grande palco das lutas das organizações sociais. (DUMAZEDIER, 2008,p.183).

O lazer está interligado ao contexto político, histórico, social e econômico de cada época, representa e configura-se nas relações das e entre as organizações sociais.

1.3 O LAZER NA SOCIEDADE GLOBALIZADA: MODERNIDADE/PÓS-MODERNIDADE

Em meados do séc. XX, começaram a surgir profundas transformações na economia política do capitalismo fazendo com que fossem notadas diversas transformações nos processos de trabalho, hábitos de consumo, divisões geográficas, no modo de vida em geral..

Balanco (1999) destaca que a grande revolução tecnológica que o capitalismo conheceria neste período, trouxe mudanças às organizações e processos de trabalho em termos da divisão internacional do mesmo. Segundo o autor, os países subdesenvolvidos também passaram a produzir bens acabados a preços de monopólios, reflexo dos novos interesses da empresas multinacionais européias e americanas nas regiões atrasadas.

A globalização advinda da evolução do capitalismo neste período reflete uma mudança na relação desenvolvimento/subdesenvolvimento: novos diferenciais de acumulação de capital, produtividade e extração do excedente. Este movimento dinâmico do capital significou, na prática, a generalização definitiva das relações capitalistas de produção para as diversas áreas do globo, observando-se, durante o século que se finda, a supressão abrangente das relações pré-capitalistas remanescentes. Dessa maneira, o mercado mundial, nesta época (anos 60 e 70), podia ser visto como uma moldura de relações econômicas capitalistas eivadas de desigualdade, qualificado não mais como um conjunto de nações capitalistas e pré-capitalistas, mas, sim, como um sistema composto por nações capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Também em meados dos anos sessenta, começaram a surgir alguns movimentos de resistência se opondo a burocracia e a racionalidade técnica e defendendo valores relacionados a auto realização e à individualização, que acabaram por contribuir para a “virada pós-moderna” na década de setenta. (AMORIM, 2006).

Este movimento, denominado pós modernismo, é considerado por muitos conforme cita Harvey (1996), como uma “reação à monotonia da visão de mundo do modernismo

universal, tecnocêntrico, racionalista”. Ainda segundo o autor, o pós moderno em contraste com a modernidade, privilegia a heterogeneidade, a diferença como força libertadora, a fragmentação, a desconstrução, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais. Então, enquanto a modernidade pregava a hierarquia, na pós-modernidade vai prevalecer a anarquia, onde prevalecia a presença agora vai imperar a ausência .

Harvey(1996) cita Jameson ao afirmar que:

O pós modernismo nada mais é senão a lógica cultural do capitalismo avançado,passamos de uma nova era a partir do início dos anos 60 que legitimou-se nos 70 quando a produção da cultura “tornou-se integrada á produção de mercadorias em geral; a frenética urgência de produzir novas ondas de bens cada vez mais nova em taxas de transferências cada vez maiores. (HARVEY, 1996.p.65).

Ainda assim, esta discussão a respeito da modernidade e pós modernidade ainda gera inúmeras polêmicas, pois enquanto que algumas escolas de pensamento tem a pós modernidade como “substituta” da modernidade, devido ao esgotamento do movimento modernista, outros afirmam que a pós-modernidade seria a extensão da modernidade, englobando-a.

Amorim(2006), por exemplo, descreve a visão de Baudelaire, o qual considerava que a valorização do efêmero e a fragmentação da sociedade, consideradas como marcas características da pós modernidade já estavam constituídas no bojo da modernidade, a única diferença entre ambas é que antes não tinham aceitação por completo como temos na pós modernidade.

Em contrapartida, Jameson e Lipovetsky apud Amorim,(2006,p.38) acreditam que “ a obsolescência programada, o ritmo crescente nas mudanças na moda e no estilo, as novas formas de consumir e a presença cada vez maior dos meios de comunicação na vida das pessoas seriam os traços que denunciariam uma ruptura radical com a sociedade moderna”. Ainda segundo os autores, o movimento pós modernista estaria estreitamente relacionado com a emergência do novo momento no capitalismo tardio “e que seus aspectos formais reforçariam a lógica desse sistema social específico”.

Mesmo que alguns autores apresentem divergências, a respeito da modernidade e pós modernidade, de uma coisa podemos estar certos, a pertinência da colocação de Harvey (1996,p.117) quando escreve que “ainda vivemos uma sociedade em que a produção em função de lucros permanece como o princípio organizador básico da vida econômica”.

Percebemos também que a sociedade atual, denominada pós moderna, é marcada por inúmeras contradições no que diz respeito ao acesso e a garantia de qualidade às necessidades humanas, sobretudo, em relação à educação, à saúde, trabalho, lazer e demais direitos sociais, dos diversos estratos sociais.

Segundo Souza (2008, p.126), devido a isto:

[...] Cria-se a idéia da falsificação, da necessidade de consumir o mesmo, o sonho de ser quem não se é, ou mais, de poder ser quem não se é, por meio de consumo, mesmo que falsificado, igual na forma, diferente no conteúdo. Tal apartação de direitos acaba gerando uma célula dos excluídos que para se legitimarem ou tentarem significar o sentido de serem incluídos, imitam os incluídos em suas mais superficiais formas de estarem em sociedade através do consumo.

Souza (2008) coloca ainda, que nossa sociedade, segrega socialmente através de ocupações distintas de territórios, de espaços sociais, de espaços culturais. Os pobres não escutam as mesmas músicas dos ricos (exceto a produção cultural artística de massa), não assistem aos mesmos filmes, não freqüentam os mesmos espaços e não dispõem dos mesmos equipamentos de lazer. Compartilhando desta idéia, Marcellino (2008 a), nos descreve enquanto sociedade, como diferentes sujeitos com diferentes possibilidades de vida (dês) partilhando uma mesma cidade, uma mesma plural sociedade na qual aprendemos a não ver o que não nos interessa, a não ler a não ser pelos valores que constituem as possibilidades de consumo e o ideal do homem pós moderno na sociedade pós liberal.

Nesta perspectiva, a concepção de lazer na sociedade contemporânea e ou pós-moderna é, de acordo com Marcellino, marcada por fortes componentes de produtividade, valorizando-se assim, a performance, o produto e não o processo de vivência que lhe dá origem; estimulando-se uma prática compulsória de atividades pautadas em modismos ou status. O caráter social requerido pela produtividade restringe e adia o prazer para depois do término do trabalho, para as férias, os finais de semana “ou, mais drasticamente, para a aposentadoria”.(Marcellino. 2008,p.8).

Na sociedade pós-moderna, também descrita por Harvey (1996) e Canclini (2003), como a sociedade de consumo, o lazer é colocado pela atividade capitalista como apenas mais um momento de consumo, é interpretado também por muitos de acordo com uma perspectiva funcionalista, ou seja, ele é utilizado pelo capitalismo para garantir a continuidade do sistema, servindo assim como uma estratégia da classe dominante para o controle sobre o tempo livre das classes dominadas.

Neste contexto, ele pode ser concebido como descanso para recuperação de forças para o trabalho ou como um tempo para o consumo “fetichizado” das mercadorias, cumprindo assim uma funcionalidade imprescindível à manutenção do capital. (HÚNGARO, CUSTÓDIO, 2009)

Conforme Marcellino, (2005, p.28) nesta perspectiva:

[...] pode-se depreender uma visão “funcionalista do lazer”, altamente conservadora, que busca a “paz social”, a manutenção da ordem”, instrumentalizando o lazer como fator que ajuda[...] a suportar a disciplina e as imposições obrigatórias da vida social, pela ocupação do tempo livre em atividades equilibradas socialmente aceitas e moralmente corretas”.

Percebemos então, que tal qual a sociedade capitalista transformou o trabalho em alienado e alienante no período industrial, assim o faz agora com o lazer, transformando-o em algo inacessível a maioria da população, um artigo de luxo, reduzido apenas à aquisição de aparelhos eletrônicos ou diversões compradas, aumentando assim o consumo e alimentando o sistema capitalista “através da tendência massificadora das formas de preenchimento do tempo excedente, exercida pelo mercado, impondo ao homem uma pseudonecessidade por produtos e serviços diversos, inclusive no que tange aos seus momentos de lazer” (CHEMIN, 2008). Assim, centrado na cultura do trabalho e do consumo, o trabalhador percebe o lazer como uma "recompensa pelo trabalho" acreditando que seu tempo livre deva ser preenchido por um produto de consumo capaz de lhe proporcionar felicidade, satisfação de desejos, prazer imediato e auto realização. Nesta ótica, o lazer é transformado em uma mercadoria, pronta para ser consumida por quem possuir condições de pagar por ela.

O lazer na sociedade pós-moderna é entendido, por inúmeros estudiosos do tema, como um elemento central da cultura vivida por milhões de trabalhadores, exercendo influência em todos os grandes problemas oriundos do trabalho, da família da cultura e da política, passando assim a assumir um lugar de destaque nos dias de hoje, fundando uma nova moral de felicidade. “É um homem incompleto, atrasado e de certo modo alienado, aquele que não aproveita ou não sabe aproveitar seu tempo livre”. (DUMAZEDIER, 2000.p.34).

Com os inúmeros avanços presentes em nossa sociedade pós moderna, como desenvolvimento da tecnologia dos meios de comunicação desde o séc. XX, a humanidade também passa, de acordo com Bacal (2003, p.84), a “industrializar” seu espírito, sua cultura, sendo que segundo a mesma autora a cultura constitui um corpo complexo de normas, símbolos, mitos e imagens que penetram o indivíduo em sua intimidade, estruturam os instintos, orientam as suas emoções. Nesta perspectiva, surge a formação de uma indústria de

lazer e de entretenimento, que dá seus primeiros passos no final do séc. XIX, mas a partir do aperfeiçoamento dos meios de comunicação no séc. XX começa a expandir-se em proporções assustadoras.

A indústria do lazer, segundo Bacal (2003), deve ser temida visto que:

[...] se utiliza da valorização das atividades de lazer como meio para obtenção de lucro, e como se sabe a exploração comercial é um condicionante que poderá converter as atividades de lazer em condutas estandardizadas, estereotipadas e pré-fabricadas, que, de fato, respondem mais as pessoas(...)o valor da diversão é determinado pelo seu êxito no mercado e não por algo que possa ser medido em termos humanos. (BACAL, 2003, p.92).

Neste ínterim, as atividades de lazer ficam condicionadas a ações que estimulam a satisfação imediata das necessidades, a urgência de prazeres e do bem estar através do consumo sem espera, não havendo lugar para outras formas de lazer, como o relaxamento, a contemplação, a ociosidade. O que impera é um lazer hiperativo, onde o vínculo humano é substituído pela rapidez, a qualidade de vida dá lugar a eficiência; a fruição e liberdade de escolha são substituídas por cobranças e imposições. Como dizem Simões e Moreira (2008, p 176): “Foram-se a ociosidade, a contemplação, o relaxamento voluptuoso: o que importa é a auto-superação, a vida em fluxo nervoso, os prazeres abstratos da onipotência proporcionados pelas intensidades aceleradas”.

Assim, a indústria do lazer insere-se em nossa sociedade criando padrões de felicidade de alegria, de prazer - principalmente por força de uma publicidade comercial que padroniza a cultura em nível planetário através da propagação do universo eletrônico, do uso acrítico da internet e de outras tecnologias de informação e comunicação. Podemos então perceber que o consumismo vai tomando conta de quase tudo, inclusive do tempo livre das pessoas, fazendo com que o homem “fique com o tempo coisificado, empobrecido, tornando-o individualista, consumidor, mediocrizado, espectador moldado”. (CHEMIN, 2008, p.50)

Zingoni, (2008, p. 63), vê na indústria cultural, um meio encontrado pelo capitalismo, para se fazer presente também no lazer das pessoas, transformando-as em consumidoras de mercadorias lúdicas e culturais, para a autora, mesmo quando as pessoas conseguem mais tempo livre para dedicar-se ao lazer, “não estão, necessariamente, vivenciando valores que poderiam estar contribuindo para mudanças pessoais, sociais e culturais significativas, mas na maioria das vezes tem seu tempo dedicado ao lazer tomado e controlado pela indústria cultural”.

Neste contexto, como afirmam Húngaro e Custódio (2009, p.18):

Os grandes espetáculos de teatro, a invenção do cinema (um dos primeiros produtos da incipiente indústria do espetáculo), a criação da possibilidade de registros sonoros (continuamente aperfeiçoados, desde velhas bolhas de cera, até os cds), a invenção do rádio (que permite a difusão do som para populações maiores), a criação e aperfeiçoamento da televisão (uma das mais influentes mídias do mundo moderno). (...), o crescimento do hábito de viajar e do turismo, tudo isso vai se organizando e se transformando em uma grande e influente máquina internacional de comércio.

Essas diferentes formas de diversão comercializadas pela indústria cultural, segundo o mesmo autor, não são apenas atividades ingênuas destinadas apenas à diversão e sim, mais um dos mecanismos para obtenção de lucros diretos e indiretos por parte das classes dominantes. Pode-se também perceber em algumas destas atividades a defesa de um lazer associado à alienação, ou seja, como uma maneira de se “desligar”, de “esvaziar a mente”, esquecer os problemas.

Mesmo dentro desta perspectiva na qual o lazer vem sendo tratado em nosso mundo capitalista globalizado, não podemos deixar de considerar que existem, segundo Marcellino (2001), duas correntes antagônicas em relação ao lazer: uma que enxerga o lazer cada vez mais como mercadoria, como mero entretenimento a ser consumido, ajudando a suportar, ou a conviver, com uma sociedade injusta e de insatisfação crescente; outra que o vê como gerado historicamente na sociedade e que dela emerge, podendo na sua vivência gerar, também no plano cultural, valores questionadores da própria ordem estabelecida.

Assim, temos que considerar que o lazer abre múltiplas possibilidades e é preciso incentivá-lo com ações que contraponha às da indústria cultural, que o reduz a mercadoria, ou seja, sua pior conotação. É preciso que tenhamos em mente sua importância na busca pela dignidade da vida humana e também “como momento de vivência de valores que, na sociedade atual contribuam para a percepção, reflexão, crítica e mudança da estrutura social vigente, bem como espaço/tempo privilegiado para o descanso e divertimento.” (GABRIEL, 2008, p.75).

Esta reflexão é legitimada por Marcellino (2008), ao afirmar que “A relação que se estabelece entre lazer e sociedade é dialética, ou seja, a mesma sociedade que o gerou, e exerce influências sobre o seu desenvolvimento também pode por ele ser questionada na vivência de seus valores”. Para o autor a importância do lazer em nossa sociedade atual está em compreendê-lo “como um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural. Mudanças necessárias para a implantação de uma nova ordem social”. (MARCELLINO, 2004, p.41).

Para que isto ocorra, o lazer não pode estar condicionado apenas as ofertas de mercado - que supervalorizam padrões de comportamento determinados, pela criação e reprodução de

necessidades de aquisição de bens materiais e simbólicos-, pois o fim mesmo do lazer é a transformação da sociedade a partir da formação das pessoas ao contrário da indústria cultural, que busca o inverso, busca a conformação das pessoas por meio do consumo excessivo e do lazer alienado. (CHEMIN, 2008, p.63).

Assim, o lazer deve ser defendido como um direito social e não como mercadoria, pois “enquanto o lazer estiver entregue à lógica do mercado privado, ele contribuirá para reforçar as desigualdades sociais”, (CHEMIN, 2008, p.64), através da indústria cultural, que impõe valores e regras às práticas de lazer fazendo com que grande parte da população que não pode cumprí-las fique excluída, impossibilitada de participar das mesmas.

Em contrapartida, ele entendido como direito, como fator de desenvolvimento humano, como resultado da experiência cultural construída,

[...] é um dos meios pelo qual a pessoa pode se desenvolver existencialmente como ser humano e cidadão responsável de uma comunidade, regradando sua vida com atitudes e tempos que possam contribuir para o aumento em grau ótimo de suas capacidades e habilidades, tendo como base o aproveitamento qualitativo e quantitativo das diversas experiências do cotidiano, não só para si, mas para as demais pessoas ao seu redor. Enfim, lazer como desenvolvimento da personalidade tem a ver com disponibilidade participativa e atitudes conscientizadas, criativas, enriquecedoras - em suma, preponderância do viés humanista do indivíduo. (CHEMIN, 2008, p.58).

A vivência de experiências de lazer como um direito social do indivíduo, contribuirá para o seu desenvolvimento humano, propiciando a aquisição e/ou ampliação de condições para uma participação mais efetiva na sociedade.

1.4 O LAZER NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO

No Brasil durante o período colonial a sociedade ruralizada, tinha sua vida restrita às fazendas “lançando os alicerces da sociedade brasileira numa vida monótona e sem prazeres”. Durante este período somente a igreja era centro social de festas e diversões, pois ela organizava festas inúmeras, músicas, danças e representações. Sendo assim, fica evidente a importância da mesma, na vida social e cultural da época, bem como na definição de lazer. Nas palavras de Zingoni, (2008, p.85) “considerada como empresária das alegrias do povo a igreja sempre promoveu e animou os folguedos de rua e, em consequência, as festas religiosas passaram a se constituir marcas do tempo de lazer das famílias, natal, quaresma, festas juninas... que ainda marcam nosso calendário oficial”.

Ainda a mesma autora, relata que para os escravos, as poucas oportunidades de diversão eram algumas vezes prestigiadas pelos seus senhores, os quais receberam no início do século XIX, uma carta do último vice-rei, o conde dos Arcos recomendando que em lugar de combater, estimulassem música e dança aos sábados na senzala. No entanto, paralelamente à sociedade rural, desenvolveram-se duas experiências de vida urbana, uma no nordeste e outra em Minas, nos séc.XVII e XVIII, nas quais podia-se observar ocupações tipicamente urbanas e burguesas, onde as famílias abastadas promoviam saraus líbero musicais, jogos de cartas,danças etc.(ZINGONI,2008).

Este contexto estendeu-se até meados de 1889, quando a república brasileira foi proclamada, introduzindo no país um conjunto de modernizações que envolveram o fim do trabalho escravo e o início da urbanização trazendo para o país o desenvolvimento econômico político e cultural aos moldes da sociedade moderna capitalista. Ainda assim, não podemos esquecer que o processo civilizatório no Brasil, se comparado com os países europeus, desenvolveu-se com significativa diferença, sendo sua industrialização considerada tardia. (CHEMIN, 2008).

Como o lazer é tido como fenômeno da sociedade industrial e a mesma foi desenvolvida tardiamente no Brasil, temos que o lazer (seus estudos, políticas, conceitos) também começou a ser discutido mais tarde no país em relação aos países europeus. No final do séc.XIX, no país começaram a surgir as primeiras organizações operárias, que defendiam a redução da jornada de trabalho. Os trabalhadores desde as primeiras greves já lutavam por um tempo livre maior, como já havia acontecido na Europa. O contexto de industrialização e modernização da sociedade brasileira acaba contribuindo para tornar importante, para as cidades em crescimento, os momentos de descanso e de festividades. Inicia-se aí, portanto, uma busca paulatina por espaços públicos. Observa-se uma organização do mercado de diversões, com atividades como o teatro, o cinema o esporte, e posteriormente, no séc. XX, com o rádio e a televisão. Data também do início do século XX, mais precisamente das décadas de 20 e 30 a construção de praças de esporte e centros de recreação, tendo como objetivos proporcionar espaços para recuperação da força de trabalho e manutenção da saúde, tanto física como psíquica dos trabalhadores, visto que a vida nas cidades tornava-se cada vez mais difícil devido a seu crescimento rápido e desordenado. (MELO; ALVES, 2003)

Nos anos finais da década de 60 e 70, as discussões relacionadas ao lazer começam a ampliar-se tanto nas organizações governamentais como nas instituições acadêmicas fazendo com que o lazer passasse a ser considerado um fenômeno social de grande importância. Nos anos 80 e 90 o lazer conquista espaço em toda sociedade, e a preocupação

com o lazer, demonstrada por estudiosos nesta época, como já havia ocorrido na Europa, era com o crescimento do lazer convertido à indústria de entretenimento, que se utilizava dos meios de comunicação de massa, cada vez mais desenvolvidos para transformar o lazer em mercadoria e ainda com o desafio de se pensar o lazer em um momento onde começa a aparecer o agravamento preocupante do desemprego, algo que exerce influência direta sobre o lazer, pois parece contraditório pensar em qualidade e importância do tempo livre quando o que as pessoas estão preocupadas com a falta de emprego. (ZINGONI, 2008).

Concomitantemente no fim dos anos 80 e início dos 90 o Brasil passa por uma abertura democrática que marca uma importante transição na gestão social brasileira, onde idéias de participação popular, descentralização, municipalização começam a ganhar força em se tratando de políticas públicas e onde os direitos sociais começaram a serem ampliados. Os direitos sociais são descritos por Chemin (2008, p.28), como “prestações positivas proporcionadas de forma direta ou indireta pelo Estado, inscritas em normas constitucionais com a finalidade de possibilitar melhores condições de vida aos mais fracos, ou seja, direitos que pretendem a realização da igualização de situações sociais desiguais”. Partindo da constatação da autora, temos que os direitos sociais referem-se a direitos de igualdade, igualdade esta que depende de ações tanto diretas como indiretas do Estado para seu exercício.

Este movimento de abertura democrática surgida no Brasil em meados dos anos 90, teve como auge a promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como a constituição cidadã, que incluiu o lazer como um dos direitos sociais de toda a população, ou seja, passou a fazer parte do conjunto dos direitos básicos do cidadão, os quais os governantes e a sociedade tem obrigação de reconhecer e proteger . Com esse sentido, o lazer passou a integrar as agendas das políticas que tratam das desigualdades sociais. (ZINGONI, 2008).

O lazer está presente na Constituição brasileira de 1988, em três momentos:

No artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa Constituição”. No terceiro parágrafo do artigo 217: “O poder público incentivará o lazer como forma de promoção social” e no artigo 7º: como uma das “necessidades vitais básicas” à qual o salário mínimo deve ser capaz de atender”. (FRANCO;SANTOS,2010).

Contudo, o lazer em termos legais não se restringe apenas a Constituição Brasileira de 1988, ele é citado também em diversos ordenamentos, tanto nacionais como internacionais. Assim, ele está presente no complemento da Declaração dos direitos do homem em 1936, que

coloca como primeiro direito humano, o direito a vida, sendo que este comporta o direito a um trabalho que remunere adequadamente para garantir acesso ao lazer, bem como garanta tempo para o desfrute do mesmo. O lazer aparece também contemplado na Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada em 1948 pelas Nações Unidas, afirmando que toda pessoa tem direito a lazer e repouso, limitação das horas de trabalho e férias remuneradas. Encontramos também o direito ao lazer incluído no Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil (1990), como um direito da criança e do adolescente, devendo o mesmo ser garantido pela família, poder público e sociedade em geral e no Estatuto do Idoso (2003), onde é conferido ao mesmo, o direito ao lazer, diversões espetáculos etc. sendo que sua participação nestas atividades culturais e de lazer será mediante descontos de 50% nos ingressos bem como seu acesso preferencial aos respectivos locais. (CHEMIN, 2008).

Mesmo que possamos perceber a importância atribuída ao lazer em diversos ordenamentos fundamentais para a organização de nossas vidas enquanto sociedade, segundo Franco e Santos (2010) não há legislação infraconstitucional ou arcabouço legal que trate especificamente do lazer e o defina mais precisamente, como há para outros direitos sociais como a saúde e a educação, por exemplo. Assim, o lazer acaba sendo abarcado por políticas difusas, sem que o mesmo seja considerado como objeto principal, e ainda, de acordo com os mesmo autores, o lazer :“está frequentemente, nas políticas, subordinado a setores como saúde, educação, esporte, segurança e previdência social, e está, em geral, impregnado de proposições compensatórias e funcionalistas, como se não possuísse significados e sentidos nele mesmo”. Todavia, de acordo com Dumazedier (2008), o lazer, na conjuntura atual, já possui a força de um fato autônomo e que devido a isso deveria ser considerado em si mesmo, e ser considerado de acordo com uma dinâmica própria, em posição de igualdade com o trabalho, a família, a política, a religião e a cultura.

Mesmo verificada e reconhecida as implicações do lazer na vida dos seres humanos, ainda é evidente que o mesmo vem sendo tratado como parte ou meio de outras políticas alcançarem seus objetivos e não com significados próprios. Assim podemos perceber sua dificuldade em se tornar de fato um direito social, isto é, consolidar-se como tal, visto que ele tem sido mais ações de governos e menos objeto de políticas do Estado.

Enquanto ações de governo, o lazer fica a mercê de diferentes concepções normativas, e entendimentos sobre ele, bem como de descontinuidades políticas que ocorrem a cada troca de governo. Por estes e outros motivos, ele acaba muitas vezes deixando de ser garantido à população. (FRANCO; SANTOS, 2010).

Pinto analisando a trajetória histórica das políticas e das percepções do lazer no Brasil relata que:

[...] como prática social integrada a projetos de governo, o lazer vem cumprindo papéis que o destacam como um fazer valioso para a adaptação dos sujeitos à construção sócio política pretendida em nosso país. Para tanto, o estado desde os anos 1930, no campo das ações públicas de lazer, foram baseados em princípios funcionalistas, segundo os quais as ações tinham como objetivo a recomposição da força de trabalho e o controle da classe trabalhadora durante seu tempo livre. (PINTO, 2008.p.58)

O acesso ao lazer, bem como a qualidade do mesmo, vem se tornando um problema fundamental na sociedade atual e as políticas voltadas a ele ainda encontram-se divididas em correntes antagônicas, ora encarando-o de uma maneira funcionalista, assistencialista, outra o entendendo como um instrumento de cidadania através de seu importante papel no desenvolvimento humano, pois é um dos meios pelo qual a pessoa pode se desenvolver existencialmente como ser humano e cidadão responsável de uma comunidade.

Entretanto, este problema que verificamos hoje já foi percebido nos anos 70 e 80 por Dumazedier (2008), que afirmava não haver problema mais importante para o futuro do homem, nas sociedades industriais e democráticas. Segundo ele, naquela época todos os países, capitalistas ou socialistas, já enfrentavam problemas de suma importância, devido à expansão do lazer. Para ele, uns partiam de uma política de desenvolvimento das massas demasiadamente autoritária e outros, não tendo orientação a seguir, permitiam que prosperasse uma relação anárquica de base comercial. Porém todos, em diferentes níveis de desenvolvimento técnico e dentro de estruturas sociais diversas ou opostas, já se viam obrigados a enfrentar a questão central da “civilização do lazer”.

Para pensarmos o lazer, devemos interpretá-lo como um problema social, visto que é um direito que vem sendo negligenciado à grande parte da população, principalmente a de mais baixo poder aquisitivo. Para tanto, ele deve distanciar-se mais das normas do mercado, disseminadas pela indústria cultural e tornar-se cada vez mais alvo de ações governamentais. Conforme Melo e Alves (2003, p.22): “O lazer deve ser encarado como fenômeno social moderno, constituído no quadro das tensões entre as classes sociais; é uma necessidade social e motivo de intervenção de políticas governamentais”. Posto isto, faz-se fundamental que o lazer passe a fazer parte das prioridades dentro das políticas públicas: “já que, nas suas múltiplas interfaces, é um componente indispensável na qualidade de vida da população como um todo (...) sendo o lazer um dos meios para conquistar a dignidade humana”. (CHEMIN, 2008, p.82).

Mesmo com todas as prerrogativas a respeito da importância do lazer, devemos observar o tratamento que ele vem recebendo em nosso país, mediante nossa sociedade atual globalizada onde, segundo Dumazedier (2000), o mesmo cresceu e valorizou-se se encontrando em plena expansão. Para ele mesmo quando circunstâncias como a miséria, a doença e a ignorância limitam as atividades próprias do lazer, sua presença é sempre constante como uma necessidade imperiosa, um valor latente em todos os meios sociais.

Chemin (2008) afirma que em uma época de globalização como a que vivemos, torna-se possível analisar o lazer sob dois pontos, o primeiro referente ao aumento do tempo livre e o segundo, a triste falta de possibilidade de desfrutar desse tempo livre como lazer. Para a autora existe atualmente uma pressão por retrocesso social, pois, entre outras situações, a simples ameaça do desemprego já tem mérito de desencorajar trabalhadores nas lutas pela conquista do tempo livre.

Para Marcellino (2008) o que acontece é paradoxal, pois para se usufruir do lazer, é necessário dispor de tempo, que é subtraído ao tempo de trabalho, mas, contraditoriamente, o consumo do lazer exige mais renda, o que implica mais tempo dedicado ao trabalho para obter mais dinheiro. No entanto, para ele, “mesmo quando a prática do lazer é limitada pela falta de tempo, dinheiro ou recursos, sua necessidade está presente e cada vez mais se torna premente”. (MARCELLINO, 2008, p.25).

Outra questão importante que devemos considerar a respeito do lazer em nossa sociedade é que ele pode ser pensado a partir de duas perspectivas: pode ser visto como fator de desenvolvimento humano ou fator de coerção social.

Conforme Marcellino, (2008, p.58), “o lazer como resultado da experiência cultural construída, é um dos meios pelo qual a pessoa pode se desenvolver existencialmente como ser humano e cidadão responsável de uma comunidade”.

Neste viés, o lazer é defendido por inúmeros estudiosos da área, como sinônimo de liberdade, de escolha, de autonomia, de busca pelo prazer, legítima aspiração do homem, ou seja, é percebido como algo naturalmente bom.

No entanto esta não é a única maneira de se pensar o lazer, pois ele traz em seu bojo certa ambigüidade, isto é, devemos considerar que o mesmo, além de todos os aspectos positivos citados acima, pode ajudar a legitimar coerções sociais, gerar uma cisão entre liberdade e necessidade, e ainda contribuir para que não se questione as relações de produção. (SOUZA, 2008).

Todavia, este papel que o lazer assume, é reflexo de nossa sociedade atual e globalizada, que acaba por incluir a tudo e a todos na lógica do mercado, mercado este, que

exclui e segrega. Marcellino, (2008), afirma que o lazer não pode estar condicionado apenas às ofertas de mercado, pois estas supervalorizam padrões de comportamento determinados, criam necessidades de aquisição de bens materiais e simbólicos, pois, para o autor, o fim mesmo do lazer é a transformação da sociedade a partir da formação das pessoas e a indústria cultural busca o inverso, visa à conformação das pessoas por meio do consumo excessivo e do lazer alienado contribuindo para reforçar as desigualdades sociais.

1.5 CONTEXTUALIZANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO BRASIL.

Para pensarmos a respeito das políticas de lazer no Brasil, consideremos a descrição de nosso país feita por Oliveira, (2004), quando expõe que ainda hoje mantemos o ranço de uma colonização exploratória, fato que se agrava com a adoção da política neoliberal a qual torna o País cada dia mais dependente do capital estrangeiro, fazendo com que “grande parte da população desfrute de uma vida subumana vivendo na mais extrema pobreza, enquanto uma pequena parte monopoliza grandes riquezas”. No entanto, a pobreza não é um fenômeno novo, ela acompanha a humanidade há séculos, sendo uma das características geradas pelo sistema de organização que impera no mundo inteiro, denominado de capitalismo, sistema este, que se alimenta das desigualdades sociais e econômicas. (COLARES, 2010).

Embora o conceito de pobreza seja muito complexo e relacional, Rocha, (2003), afirma que a mesma apresenta dimensões histórica, econômica, social, cultural e política; é complexa e multidimensional. É produto da exploração do trabalho; é desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços sociais básicos, ao trabalho e à renda digna; é não participação social e política. Nas palavras de Colares (2010.p 4): “A concentração populacional nas grandes cidades, a reestruturação industrial e a desigual distribuição das benesses do crescimento econômico contribuíram para a criação de um novo elenco de problemas e carências ligados à insegurança pessoal, à violência urbana e a grupos mais vulneráveis”.

Para lidar com estas questões, isto é, para enfrentar esses problemas surgiu o estado de bem estar social europeu (*Welfare State*) “baseado em valores de solidariedade e coesão social, que começou a desenvolver sistemas de proteção social que pudessem diminuir as desigualdades de modo a mitigar os problemas decorrentes da condição de pobreza”. (SANTANA, 2007, p.2).

Este estado de bem estar não chegou a se organizar na América Latina, sendo que a mesma não conseguiu abranger toda sua população carente de ajuda nem suprir suas necessidades básicas de existência. Para Lavinias, “O sistema de proteção social implantado era voltado para os segmentos formais da economia e se caracterizava por oferecer uma cobertura restrita que atendia a uma parcela reduzida da população excluindo de fato os mais pobres por estes terem vínculos instáveis e precários com o mercado de trabalho” (LAVINAS, 2005).

Ainda de acordo com Lavinias, os mais pobres não possuíam (e ainda não possuem) poder de pressão e sem posição sócio-ocupacional definida, as camadas pobres da população jamais foram sistemática e regularmente beneficiadas, seu atendimento sempre foi justificado como um ato humanitário ou moeda política.

Atualmente o sistema de proteção social latino-americano ainda oferece cobertura restrita e atende à parcela reduzida da população, da qual os pobres se encontram excluídos em razão de seus vínculos instáveis e precários com o mercado de trabalho.

No Brasil, a pobreza não era concebida como um fenômeno estrutural da sociedade brasileira e, conseqüentemente, políticas sociais voltadas para a população nessa condição não se desenvolveram. Somente após a década de 90, a pobreza começa a ser vista como um problema social a ser enfrentado pela sociedade e pelo Estado, ganhando espaço em debates entre governos (COHN, 2004).

De acordo com Carvalho (2008), não é nenhuma novidade que a pobreza no Brasil seja causada pela desigualdade social, fruto de um processo de concentração de poder, de negação de direitos à população e de péssima distribuição de recursos. Ainda segundo o autor, “países com a renda per capita similar à brasileira, têm 10% de pobres em sua população. Nós temos 30%. É essa desigualdade que faz com que 55 milhões de brasileiros vivam na pobreza- 22 milhões deles na indigência. (CARVALHO, 2008, p.112).

Quando falamos em desigualdade, não devemos entendê-la de uma maneira restrita referindo-nos apenas a questão econômica, pois a mesma perpassa toda a subjetividade que é a existência humana. Sendo assim, valeimo-nos das palavras de Kliksberg apud Pinto (2008), onde o autor expõe que “as desigualdades sociais não se referem somente às carências materiais, como pobreza econômica, mas também à pobreza política, educativa e outras que geram dificuldades para o acesso aos bens e serviços sociais de direito de toda população”. (PINTO, 2008, p.45).

Assim, pensamos a pobreza e desigualdade social, no sentido da privação dos cidadãos de seus direitos sociais, entendendo os direitos como direitos humanos que são constituídos de

direito ao trabalho, direito ao salário igual por trabalho igual, direito à previdência social (em caso de doença, velhice, morte do arrimo de família e desemprego involuntário), direito à educação, direito a uma renda condizente com uma vida digna, direito ao repouso e ao lazer (aí incluindo o direito a férias remuneradas).

Esses são direitos sem distinção, devem ser assegurados a todos de maneira igualitária. Contudo, não podemos esquecer que boa parte desses direitos não é exercida plenamente pelos cidadãos brasileiros. (MARCELLINO, 2008).

Para Carvalho (2008), um dos primeiros passos para combater de forma efetiva as causas que geram a pobreza no Brasil é mudar o próprio entendimento do que seja a mesma e compreender seu caráter multidimensional, não a considerando apenas como deficiência de renda e falta de recursos cujo aumento da riqueza e o desenvolvimento econômico poderiam superá-la. Assim, na perspectiva do desenvolvimento humano (diferentemente da concepção puramente econômica) a pobreza é um estado de “desempoderamento”, de privação de oportunidades, privação de acessos, enfim um estado onde os seres humanos tem as disponibilidades de recursos e a cidadania restritos (CARVALHO, 2008).

Neste contexto, passemos a refletir sobre um dos direitos básicos dos cidadãos, que é o direito ao lazer, sua importância enquanto direito social na vida da população, o acesso e as barreiras ao mesmo e a maneira como este vem sendo banalizado e negligenciado às camadas mais vulneráveis da mesma, tomado não como direito, mas sim como algo supérfluo.

Para começarmos a pensar a questão do acesso mais igualitário aos direitos sociais, em nosso caso com ênfase no lazer (necessidade humana básica), recorremos a Souza (2008, p.122), que afirma fazer-se: “fundamental problematizar, na sociedade em que vivemos as questões que podem ser postas em relação a sua própria estrutura política e as condições histórico-culturais da organização social.”.

O lazer, como já mencionado anteriormente, foi instituído como direito básico de todos os cidadãos brasileiros, na constituição de 1988. Percebemos então, que em termos constitucionais o lazer é reconhecido como direito social, e que este direito deve ser garantido a toda população brasileira, mas será que na sociedade atual, marcada por inúmeras contradições em se tratando de acesso e garantia de necessidades humanas como educação, saúde, lazer, trabalho e demais direitos sociais, ele o é?

Nas palavras de Souza (2008), a legislação não efetiva o conteúdo da CF 1998, ou mesmo viabiliza que, em uma sociedade excludente, seja possível constituir dispositivos que garantam o exercício da cidadania às pessoas.

Ainda Souza (2008, p.123) escreve que: “nossa sociedade é marcada por dispositivos cada vez mais sofisticados de processos excludentes e de controle da conduta dos indivíduos, reiterando a manutenção dessa ordem social”.

Húngaro (2008, p.8) também expõe sobre nossa sociedade, e seus reflexos no indivíduo, segundo ele:

Em decorrência das transformações sociais recentes, que são causa e consequência da hegemonia neoliberal, vivemos um período extremamente restritivo para aqueles que objetivam a emancipação humana. A reestruturação produtiva, as transformações significativas nas classes sociais, as profundas metamorfoses da ambiência cultural, o avanço do neoliberalismo e o fim das experiências socialistas nos conduziram a um quadro societário absolutamente restritivo, do ponto de vista revolucionário. Em virtude desse quadro, a maior parte da humanidade tem vivido sem qualquer expectativa de uma existência plena de sentido.

Os autores acima citados referem-se a questões como emancipação humana, existência plena, termos que atualmente temos visto frequentemente tanto em debates acadêmicos nas áreas das ciências sociais e humanas, quanto em discursos políticos partidários.

No entanto, estes temas diferem de algo simples, demonstram toda uma complexidade, e colocam a importância de o homem ser considerado em toda sua subjetividade. O que busca o homem, o que o torna feliz, o que torna sua vida plena de sentido?

Para refletirmos estas questões, devemos fugir da maneira reducionista com a qual este tema foi tratado pela sociedade e Estado até hoje, devemos refletir sobre as maneiras limitadas como as políticas tratam o assunto.

Notemos então alguns conceitos de lazer, descrito por autores conceituados na temática, os quais demonstram toda amplitude do tema, e seus benefícios à vida humana. De acordo com Dumazedier (2000, p.34):

[...] o lazer representa um conjunto de ocupações, às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Neste viés, também Camargo, (1989, p.97.) reafirma o lazer como:

[...] um conjunto de atividades gratuitas prazerosas, voluntárias e liberatórias, centradas em Interesses culturais, físicos, manuais intelectuais, artísticos e associativos, realizadas num tempo livre, roubado ou conquistado historicamente sobre a jornada de trabalho profissional e doméstico e que interferem no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos .

Hourcade e Gutierrez (2003, p.88) compreendem ainda, o lazer como uma zona privilegiada da existência humana onde cada pessoa pode, segundo seus gostos, suas possibilidades, talentos e aspirações determinar o uso que fará de seu tempo livre, buscando o prazer pessoal “de forma autônoma e espontânea através da prática das diversas manifestações culturais, como as artísticas, físico-esportivas, intelectuais, turísticas, etc, cuja finalidade está em si mesma e a partir das quais se estreitam laços de sociabilidade”.

Neste sentido, cabe pensarmos o lazer como um fator de grande importância na busca pelo desenvolvimento do indivíduo como um todo. Como se refere Marcellino, (2008), ao afirmar que longe de constituir uma manifestação supérflua, o lazer cada vez mais ganha status de direito social por estar ligado ao prazer, um elemento importante na qualidade de vida, na construção da cidadania, na saúde. O lazer tem ganhado bastante espaço também no seu papel fundamental de inserção social.

Na Carta Internacional de Educação para o Lazer redigida pela Associação Mundial de Recreação e Lazer (WLRA) – nas considerações sobre o Lazer temos exposto nos itens: 2.1 e 2.3 seus benefícios:

2.1 Lazer se refere a uma área específica da experiência humana com seus próprios benefícios, incluindo liberdade de escolha, criatividade, satisfação, diversão e aumento de prazer e felicidade. Abrange formas amplas de expressão e de atividades cujos elementos são tanto de natureza física quanto intelectual social, artística ou espiritual e no 2.3: O lazer promove a saúde e o bem-estar geral oferecendo uma variedade de oportunidades que possibilitam aos indivíduos e grupos escolherem atividades e experiências que se adequem às suas próprias necessidades, interesses e preferências. (WLRA,2000 p.03)

Morais (1999), também destaca o lazer numa perspectiva da qualidade de vida, pois, está voltado para o desenvolvimento do sujeito como pessoa e membro de uma coletividade que, por meio das relações lúdicas, busca o prazer. Assim, o lazer não deve ser apenas concebido como um tempo de viver prazer fora das obrigações que a vida nos impõe, ou o tempo onde podemos nos ocupar com atividades que nos relaxam ou nos divertem, mas sim, como um tempo de alegria, de conquista da liberdade ao lidar com atitudes, espaços, tempos e atividades que busquem superar os muitos dilemas sociais.

Ainda, para um melhor entendimento a respeito do lazer e sua importância na vida humana, temos:

[...] a felicidade –que permeia a qualidade e vida e que a dignidade humana respeitada exterioriza –pode e deve ser construída, e o lazer—como experiência cultural também construída –, acredita-se, é um dos meios pelo qual isso pode ser concretizado , uma vez que ele —quando compreendido e desfrutado com sabedoria e temperança—promove a auto-humanização, auxilia na inclusão social, aumenta a

responsabilidade individual e social das pessoas, transforma as comunidades com o desenvolvimento de suas melhores aptidões, contém em si prazer, satisfação e bem-estar. (CHEMIN, 2008, p.58).

Nas palavras de Chemin (2008), podemos perceber as diversas benesses que o lazer pode proporcionar ao desenvolvimento humano. O lazer é descrito como um dos agentes responsáveis pela concretização da felicidade (tema extremamente complexo, e de difícil definição) algo tão comentado, desejado, cultuado, perseguido em nossa sociedade, tratado como objetivo principal de nossa existência, a autora ainda destaca sua importância enquanto instrumento de inclusão e transformação social, termos cada vez mais em pautas, tanto nos debates acadêmicos quanto nas políticas, que afirmam ser estes os meios para uma sociedade mais justa e um mundo melhor para vivermos.

Para tanto, faz-se prioritário ao acesso ao lazer, a educação de seus cidadãos capazes de identificar e viver as oportunidades diversificadas e disponíveis nos tempos e espaços cotidianos, com condições de compreendê-las e ressignificá-las consciente de sua importância em suas vidas e das contradições que limitam sua vivência plena. (PINTO, 2008).

Marcellino, (2008), escreve que temos de ter presente a idéia de que as práticas de lazer não são fruídas da mesma forma pelos diversos segmentos sociais, pois segundo ele, temos como pano de fundo as condições socioeconômicas, que acabam por inibir o seu desenvolvimento, constituindo barreiras interclasses sociais (econômicas, sociais, de instrução) e intraclasses sociais (faixa etária, gênero, violência, acesso a equipamentos, estereótipos).

Neste contexto, é de suma importância pensar em como fica a questão do lazer no caso das camadas desprovidas de recursos materiais mínimos de subsistência, pois “a população pobre e desorganizada não reúne as melhores condições de lutar pelos seus direitos e menos ainda dos relativos ao lazer”. (ZINGONE, 2008, p.100).

Convém refletirmos, também, sobre as palavras de Camargo (1986) ao afirmar que as pessoas ainda hoje encaram o pobre como se fosse de uma espécie diferente, e se chocam diante de fatos como, por exemplo, a favela ter mais tvs, para entretenimento do que geladeira, para a alimentação, sendo que ambas apresentam preços similares, ignorando com isto o fato de que as necessidades são subjetivas e que existem necessidades básicas materiais e não materiais e que o sonho, a alegria fazem parte dessas necessidades. Neste contexto, o pobre além de excluído das possibilidades dignas de trabalho e de habitação, também é excluído de possibilidades de entretenimento, de alegria, de lazer. Esta realidade fica legitimada, no momento em que as atividades de lazer são comercializadas a preços proibitivos a grande

parte da população e também divulgando, através dos meios de comunicação de massa, símbolos dessa alegria que são inacessíveis à maioria da população. Para Camargo (1989), quando os operários reivindicam mais tempo livre não estão esquecendo das necessidades de subsistência de suas famílias e sim exigindo algo que é direito de todos, mas que somente é disponibilizado a pequena parcela da população, ou seja, na reivindicação do direito ao lazer está expressa uma nova forma de se reivindicar a dignidade humana.

Diante do exposto, apesar de o lazer ser reconhecido como um direito social, na era do neoliberalismo o Estado não se responsabiliza pelo acesso universal a este direito, estimulando-o, aprofundando-o na sua forma mercadoria. Hoje só tem acesso ao lazer quem pode pagar por ele. (MASCARENHAS, 2006).

Segundo Mascarenhas (2006, p.19), tendo em vista as condições de lazer em nossa sociedade atual, poderíamos construir uma pirâmide social do acesso ao que ele denomina “mercolazer”, ou seja, o lazer transformado em mercadoria:

Na ponta da pirâmide, o que existe para uma pequena parcela da população, está o lazer-mercadoria. Havendo cada vez menos tempo livre e um ritmo de vida cada vez mais acelerado, busca-se justamente o prazer imediato, a compensação concentrada para o estresse provocado pelo dia-a-dia intenso, [...] Daí, que a forma mais avançada que construíram de *mercolazer* foi apelidada de ‘êxtase-lazer’. Trata-se do esporte de aventura, como o body-jump, onde o indivíduo dá vazão à adrenalina de forma bastante rápida. No nível intermediário da pirâmide, uma classe média da população que não tem acesso ao lazer-mercadoria sofisticado, recorre a versões mais baratas de ‘êxtase-lazer’. Já para a grande maioria da população, o que sobra é o pouco de lazer gratuito, principalmente a televisão. [...] Outra forma de lazer que chega a esta população é o filantrópico, como por exemplo, dentro de políticas sociais voltadas para afastá-la das drogas e da violência.

Para tornar mais claro o conceito de “mercolazer”, ou seja, o lazer (direito social) transformado em produto da indústria cultural convém refletirmos um pouco sobre a sociedade capitalista, onde o mercado cada vez mais ocupa o lugar do Estado e torna-se o grande senhor de nossa civilização.

Chemin (2008) a descreve como uma sociedade tecnológica, massificada que se baseia num mundo de consumo desenfreado de bens e serviços, sociedade esta, onde imperam as incertezas, inseguranças, exclusões, gerando nas pessoas angústia, estresse, depressão, medo, abandono, violência, etc., pelo fato de que as mesmas neste contexto vão perdendo suas referências, seus valores humanos éticos, individuais e sociais.

Padilha (2000), também analisa o tempo livre na perspectiva da sociedade globalizada capitalista, afirmando que a felicidade e o bem-estar na sociedade capitalista estão atrelados ao

consumo alienado e abstrato de mercadorias, e o lazer não escapa desse processo de mercantilização, apresenta-se como atividade prioritariamente de consumo.

Segundo Zingone (2008), prevalece nos dias atuais o tradicional conceito de que o tempo livre é coisa de rico. Uma das grandes vantagens de ser rico é ter tempo para si, é possuir meios para consumir uma gama de alternativas e produtos vendidos pela indústria do lazer. Para o pobre, o tempo livre é sinônimo de tempo liberado do emprego, e não do trabalho; não quer dizer tempo disponível para o lazer.

Nesta sociedade de mercado, pós-moderna, onde impera a cultura do efêmero, sociedade que transforma tudo em produtos a serem consumidos, onde somos e temos o que podemos pagar, onde o essencial e o superficial distorceram-se tanto que são difíceis de ser identificados, onde os direitos são “vendidos em prateleiras para quem tiver dinheiro suficiente para adquiri-los, como pensar o lazer”?

De acordo com HUNGARO (2008, p.257):

Em tempos de cortes de direito, de desumanização generalizada, de crise das alternativas à ordem burguesa enfim, em tempos neoliberais, em que o “principal ataque é a defesa”, a luta pela manutenção, e na medida do possível, a ampliação dos direitos sociais, o lazer deve ocupar um lugar de destaque na pauta do projeto reformista e revolucionário, pois suas determinações incidem tanto na produção quanto na reprodução social.

Assim, concordando com Húngaro (2008), percebemos o caráter transformador que o lazer pode adquirir na sociedade, este caráter transformador é legitimado através das palavras de Marcellino, quando escreve que: “ao mesmo tempo em que o lazer sofre inúmeras dominações, é, também, uma oportunidade de atuar como alavanca de transformação social, pois é um fenômeno gerado historicamente, do qual podem emergir valores questionadores da própria sociedade que o gere”. (MARCELLINO, 1995, p.35). E ainda, que “há no lazer a possibilidade de denúncia da realidade e de subversão da ordem vigente, considerando que embora não de modo exclusivo, é particularmente no tempo de lazer que são vivenciadas situações geradoras de valores que poderiam ser chamados de revolucionários”. (MARCELLINO 2002.p.96).

Percebe-se, assim, a urgência de o lazer ocupar seu lugar de destaque em nossa sociedade, não como objeto de consumo da indústria do entretenimento, que oferece um lazer alienante e excludente legitimando “sua histórica utilização como instrumento ideológico, contribuindo para o mascaramento das condições de dominação nas relações de classe, mantendo viva a expressão de “pão e circo” (ZINGONE, 2008, p.95), e sim, como uma

necessidade básica do ser humano, um direito social tão importante quanto os outros (saúde, a educação, moradia..), visto que este tem uma relação direta com os mesmos.

Para isto, faz-se necessário a mobilização, a participação popular quanto ao esclarecimento da importância do lazer para a qualidade de vida e o bem estar dos indivíduos. Para tanto, uma das primeiras coisas a se fazer, é conhecer a percepção da população a respeito do tema, como percebem sua importância, quais as oportunidades e as barreiras que se interpõe à vivência de seus momentos de lazer, para que desta maneira, a população possa exercer sua cidadania, participando, reivindicando e fornecendo subsídios para a elaboração de políticas de lazer mais efetivas e condizentes com suas necessidades.

Neste ínterim a pesquisa sobre o lazer vem aumentando consideravelmente nos últimos anos no Brasil, principalmente no que diz respeito às políticas públicas, pois a partir da década de 1980, foi se percebendo uma crescente preocupação com a formulação de políticas públicas de lazer e segundo Mendes e Cunha (2009, p.7) “a partir da maior organização da sociedade civil e de mudanças nas estruturas governamentais, o tema do lazer enquanto direito social ganhou novos contornos”.

Atualmente, as diversas esferas de governo e setores da sociedade civil organizada buscam articular-se para desenvolver políticas voltadas para o lazer. Marcellino (2001) destaca ainda a importância e a necessidade de um trabalho integrado intersecretarias, ou seja, um trabalho interdisciplinar uma vez que o lazer está ligado à educação, à saúde, à habitação, ao transporte e a assistência social.

Ainda segundo o mesmo autor, a situação em nosso país é preocupante, pois ainda são incipientes ações concretas que se contraponham aos desmandos do lazer mercadoria colocado no “mercado” pela grande maioria da indústria cultural, indústria esta, legitimada muitas vezes através da criação de leis de incentivo fiscal e investimentos diretos em empreendimentos privados realizados via formulação de políticas públicas. Nesta perspectiva, as atividades de lazer, acabam resumindo-se :

[...] em política de atividades, que na maioria das vezes acaba por constituir eventos isolados, e desconectados entre si, sem o devido planejamento e a necessária avaliação quantitativa e qualitativa de resultados. Isto é, serviços caracterizados por atividades que perpetuam o individualismo, a competição e a convivência em uma sociedade polarizada pelos desiguais, ao invés de uma vivência consciente onde sejam valorizadas a solidariedade, a cooperação e a visão de uma sociedade mais justa. (MARCELLINO 2001, p.89).

No entanto, Mendes e Cunha (2009), definem as políticas públicas como mecanismos importantes e fundamentais para incluir e oportunizar ações para o desenvolvimento do lazer

de maneira mais democrática, mas, para isso, no lugar de ações efêmeras, descontinuas segregadoras e eventos isolados, as políticas necessitam ser pensadas em longo prazo, de maneira a incentivar e privilegiar a participação comunitária a partir da sensibilização a respeito da idéia do lazer como direito social. Ainda sobre as políticas públicas voltadas ao lazer, Hourcade e Gutierrez (2003) relatam que o lazer oferecido publicamente deve atender as reais necessidades da comunidade, bem como estar centrado nos benefícios humanos e sociais para a mesma. Assim, as políticas públicas de lazer, devem ser norteadas por uma concepção holística do ser humano, como cita Oliveira (2004, p.28):

O ser humano não mantém sua existência tão somente pela presença de condições materiais objetivas - alimentação, vestimenta, moradia -, embora tais condições sejam ponto de partida para a consolidação da sociabilidade humana. O ser humano não se mantém vivo, atuante, sujeito da própria história unicamente pela manutenção da vida física e material, mas incorpora a tal aspecto, de forma indissociável, a dimensão ímpar da vida subjetiva, a qual surge e se desenvolve a partir dos dados e exigências da matéria, mas o faz ativamente, modificando a própria matéria sobre a qual incide.

Nesse sentido, Cruz (2000), defende que a discussão sobre políticas públicas de lazer se dê a partir de alguns critérios, tais como o de que a política pública seja fruto da mais ampla participação dos habitantes das cidades, que o poder público seja partícipe e fomentador da organização popular e a compreensão do lazer como a cultura vivenciada no tempo disponível o que segundo o autor, implicaria em espaços, tempo e condições materiais necessárias e suficientes para dele usufruir. No entanto, segundo o autor, o que temos assistido, em grande parte dos casos, é a administração (tanto municipal quanto estadual ou federal) desresponsabilizando-se de sua função perante o direito ao lazer, deixando assim o caminho livre para que o mercado, que através das ofertas da indústria cultural, decide para quem quando, onde e a que custo, vai ofertar o lazer, facilitando assim, a seleção a exclusão e os particularismos.

O fato do lazer não ser considerado uma prioridade efetiva dos governos, pode decorrer da hierarquia de valores presentes em nossa sociedade atual capitalista onde os interesses do capital tem mais importância do que as questões sociais, fazendo com que as ações de governo em prol do lazer sejam compensatórias, utilitaristas, visando o controle social (através da diminuição da violência, uso de drogas, depredação dos espaços públicos) assim, estas ações em sua maioria não partem dos anseios da população local, o que dificulta seu acesso, sua identificação com as práticas e com os espaços de lazer. (MARCELLINO, 2006).

Mas, para que as políticas de lazer se concretizem de maneira a garanti-lo como um direito social, visando suas contribuições para o desenvolvimento humano é preciso conforme Pinto (2008, p.4) que:

[...] haja atuação constante e qualificada da sociedade que estimule a participação consciente. Pois o objetivo principal não é apenas atender necessidades materiais do público alvo, mas especialmente fortalecer a capacidade dos cidadãos de se auto-governarem nos diversos aspectos da vida coletiva e nunca é demais lembrar que é pela associação livre de vontades que o poder se cria. Desenvolver a capacidade da população de exercer a cidadania, isto é, a capacidade de saber escolher, efetivar escolhas e se beneficiar delas, é a mola central desse processo.

Para a população, apropriar-se do conceito de lazer como direito social de cada indivíduo, representa um avanço para a busca e construção da cidadania.

2 SOCIEDADE PÓS MODERNA: ALGUMAS REFLEXÕES

Não é fácil estabelecer uma definição desse processo. Deve-se, no entanto, ter presente que o desenvolvimento econômico e tecnológico ocasionou uma transformação social e a formação de uma nova mentalidade.

É um processo de “crise” social que levou à configuração de um novo homem, uma nova sociedade, uma nova ética e também de uma nova religião. Essa crise colocou em xeque o modelo e os valores existentes e fez nascer o desejo de superação de tudo. Este “novo” foi assumido e definido como “bom”. (BARTH, 2007).

A segunda metade do século XX foi atingida por um processo de aceleração intenso nas tecnologias de comunicação, de artes, genética e de materiais, com isso assistiu-se a um processo sem precedentes de mudanças na história do pensamento e da técnica ocasionando assim mudanças paradigmáticas no modo de se pensar a sociedade e suas instituições.

Essas mudanças acarretaram em críticas, críticas estas voltadas a maioria dos conceitos sobre o Homem e seus aspectos, constituídas no século XV e consolidadas no século XVIII:

A Modernidade surgida nesse período é criticada em seus pilares fundamentais, como a crença na Verdade, alcançável pela Razão, e na linearidade histórica rumo ao progresso. Para substituir estes dogmas, são propostos novos valores, menos fechados e categorizantes. Estes serviriam de base para o período que se tenta anunciar - no pensamento, na ciência e na tecnologia - de superação da Modernidade. Seria, então, o primeiro período histórico a já nascer batizado: a pós-modernidade'. (SIQUEIRA, 2003, p.12).

Embora o termo Pós-modernidade seja repleto de controvérsias quanto a sua pertinência e/ou a seu significado, podemos pensá-lo de uma maneira pragmática, como um movimento social, cultural e estético que prevalece no capitalismo contemporâneo após a queda do Muro de Berlim e a consequente crise das ideologias que dominaram o século XX. (BARTH, 2007).

Para muitos teóricos, filósofos e sociólogos, a época atual é marcada por fenômenos que representam um divisor de águas com a Modernidade. Chamada e estudada como Pós-Modernidade, ela é caracterizada por mudanças significativas provocadas e vividas pelo homem. Entre as mais evidentes, e que desencadearam muitas outras, pode-se apontar a globalização, unificadora das sociedades do planeta, um novo modo de cultura e as novas condições que põem em perigo a continuidade da espécie humana. (SIQUEIRA, 2003).

Harvey (1996) afirma que este processo (pós-modernidade) vem ocorrendo desde 1972, onde começaram a surgir mudanças abissais tanto nas práticas culturais, quanto nas

político-econômicas. Para ele, "rejeitando a idéia de progresso, o pós-modernismo abandona todo o sentido de continuidade e memória histórica, enquanto desenvolve uma incrível capacidade de pilhar a história e absorver tudo o que nela classifica como aspecto do presente" (HARVEY, 1996, p.58). Nesta perspectiva, a estética pós-moderna caracteriza-se pelo mascaramento e pela simulação, quando "se aproxima perigosamente da cumplicidade com a estetização da política que lhe serve de fundamento" (HARVEY, 1996, p.112).

Já Leonardo Boff (2000), associa a pós-modernidade a todos os "pós-ismos" (pós-socialismo, marxismo, cristianismo..), ou seja, caracteriza-se pela vontade de distanciamento ou recusa do passado.

Para o crítico marxista Fredric Jameson, citado por Siqueira (2003), a Pós-Modernidade é a "lógica cultural do capitalismo tardio", correspondente à terceira fase do capitalismo. Segundo ele, esta não limita-se às áreas de literatura, arquitetura e artes plásticas, mas sim a uma realidade genuinamente histórica (e socioeconômica) onde se pode afirmar que a pós-modernidade é uma formação histórica capitalista, e como tal, numa visão crítica e dialética, é permeada de contradições produtivas e não-produtivas.

Barth, (2007), nos dá uma definição bastante abrangente e clara sobre o assunto ao afirmar que a pós-modernidade se conjuga com uma série de fatores que vão desde a crise da industrialização, da massificação dos meios de comunicação e transporte, da informática, da eletrônica, reforçando-se com as mudanças sociais marcadas pelo desenvolvimento econômico e a crise do mercado, a diversificação e crise das instituições sociais, a urbanização crescente e o surgimento das megalópoles, dos protestos e lutas sociais, da alteração de papéis sociais, passando pela crise do racionalismo, a eliminação de mitos, a quebra de preconceitos e tabus, a secularização, enfim, um novo comportamento diante do mundo, do outro, de si mesmo e de Deus. "Em poucas palavras, do "moderno" nasce a "modernidade" e esta foi transformada em "pós-modernidade"".

Trojan (2005), assim como Harvey (1996), associa a pós-modernidade ao início da década de 1970, onde o regime de acumulação e o modelo de organização do trabalho, baseado no taylorismo-fordismo, entraram em crise. O capitalismo por sua vez, para combater os efeitos desta crise, iniciam o rebaixamento dos custos do trabalho, a redução de pessoal e de salários; o restabelecimento da produtividade, a partir de inovações tecnológicas, novas técnicas de organização, gestão e reestruturação das relações entre empresas e a exploração de novas regiões à procura de condições mais favoráveis de valorização, além do surgimento de novos setores de produção – como o chamado setor de serviços –, e, na ponta do consumo, "uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de

indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica" (HARVEY, 1996, p.140-148).

Nesse sentido, os princípios inovadores do modernismo norte-americano pós-guerra, incorporados pelo discurso ideológico do liberalismo político, abrem caminho para novas formas de expressão, que passam denominadas pós-modernistas. Como todas as mercadorias rapidamente tornam-se obsoletas, essa crise passa a ser resolvida pelo revivalismo das modas, pelo pastiche, pela personalização ou customização das mercadorias, pela ênfase no espetáculo, pela maquiagem na aparência ou na embalagem dos produtos. As características marcantes desses novos tempos passam a ser a efemeridade, a transitoriedade, a superficialidade e a volatilidade. (TROJAN, 2005. P.12)

Para Siqueira,(2003) assim como nas palavras de Trojan citadas acima, a condição histórica pós-moderna está intimamente ligada a reestruturação pós-fordista, envolvendo novas tecnologias, novos métodos de gestão da produção, novas formas de utilização da força de trabalho e novos modos de regulação estatal, baseando-se em elementos que definem o chamado "modo de acumulação flexível de capitais" (HARVEY,1996).

Filho, (2003) também atribui à condição pós moderna, a passagem do rigoroso sistema de produção de modelo fordista para aquele de acumulação flexível que promoveu a implantação de novas formas organizacionais no trabalho, bem como a utilização de novas tecnologias no manejo virtual do capital e na produção multiplicada dos bens.Como consequência dessa transformação no modelo de produção, segundo o autor, as necessidades encaminharam-se rumo à satisfação, em função da grande disponibilidade dos produtos. Contudo, não podemos perder de vista que no sistema capitalista a alta produtividade e a sua distribuição igualitária não são correspondentes, ou seja, este sistema é um grande causador de riquezas, mas também de miséria.

Siqueira (2007) cita ainda três elementos intrinsecamente ligados à condição histórica da pós modernidade, sendo eles a globalização, a efemeridade e a dispersão.

1. A globalização: produção, troca e circulação de mercadorias estão globalizadas, caracterizando o escopo transnacional do capital;
2. A efemeridade: o *turn-over* da produção e do consumo é extremamente veloz; aceleração do tempo de giro na produção (produção flexível: pequenos lotes, variedade de tipos de produto e sem estoques), e redução do tempo de giro no consumo;
3. A dispersão: geográfica da produção, feita através de uma mudança na estrutura ocupacional; do trabalho (com as novas modalidades de empregos: temporários, de tempo parcial e a terceirização); do monopólio, num amplo conjunto de produção desterritorializada. (SIQUEIRA, 2007.p.2)

Agora que traçamos um breve histórico sobre a pós-modernidade através de alguns conceitos, passemos a examinar seus reflexos na sociedade, ou seja, na vida humana, refletindo sobre os impactos culturais, sociais, políticos e econômicos.

Para a maioria dos autores, a Pós-Modernidade é traçada como a época das incertezas, do vazio, do imediatismo, do narcisismo, das fragmentações, da troca de valores, do niilismo, da deserção, da apatia, da efemeridade, do hedonismo, da substituição da ética pela estética, do consumo de sensações e do fim dos grandes discursos. Nas palavras de Siqueira (2007.p.4),

O avanço ininterrupto dos meios tecnológicos de comunicação e aos efeitos da globalização com a sua queda de fronteiras, fez emergir um novo tipo de sociedade, caracterizada, salvo raras exceções, pelo narcisismo, pelo hedonismo, pelo imediatismo e pelo consumismo. Sem a pretensão de tomada do poder, essa nova organização social participa, sem envolvimento profundo, de pequenas causas e dá adeus à esperança e aos grandes ideais. No entanto, ao afrouxar os laços sociais, vai, inconscientemente, esvaziando as instituições num processo chamado por sociólogos, de deserção do social.

Segundo (Moraes, 2004), esta pluralidade e fragmentação presentes na época atual foram trazidas à discussão, devido ao declínio da esfera pública e da política, da crise ecológica, do impasse histórico do socialismo, tribalismos, expansão dos fundamentalismos, as novas formas de identidade social e as conseqüências da informatização sobre a produção e sobre o cotidiano. Segundo Bauman (1999) o que predomina é a economia política da incerteza, que desmantela tudo, tendo como alguns de seus principais alvos, as redes públicas de proteção social, pois enquanto o capital flui livremente, a política permanece local. Ainda para o autor, a globalização retira o poder da política, pois faz parecer que a arena das decisões está em um espaço indefinido, impalpável.

Harvey, (1996), e Baumann, (2005), destacam que a característica da sociedade pós moderna é, antes de tudo, a de ser uma sociedade-cultura de consumo, que reduz o indivíduo à condição de consumidor como conseqüência da automatização do sistema de produção. As novas formas referentes ao consumo estão relacionadas com os meios de comunicação, com a alta tecnologia, com as indústrias da informação (buscando expandir uma mentalidade consumista, a serviço dos interesses econômicos) e com as maneiras de ser e de ter do homem pós-moderno.

Assim, na opinião dos mesmos autores, tudo está relacionado ao consumo desde o modo de produção e de circulação dos bens, os padrões de desigualdade no acesso aos bens

materiais e simbólicos, a maneira como se estruturaram as instituições da vida cotidiana (como a família, o lazer, os ambientes urbanos, etc.). Para eles, a sociedade-atual, de consumo, constantemente cria novos espaços para os consumidores, tornando o consumo um sistema global que molda as relações dos indivíduos na pós-modernidade e é reconfigurada por tecnologias variáveis que determinam os padrões de consumo.

Bauman, (2005), compartilha desta idéia, afirmando que na sociedade atual, a idéia predominante, é que para ser indivíduo é necessário estar consumindo constantemente, pois, é ao consumir, ao tomar posse dos objetos de consumo, que o homem se torna indivíduo. Ou seja, a individualização é obtida através do consumo. Para ele, todas as relações passam a ser reduzidas a relações de consumo por meio da instrumentalização das relações sociais. Como o consumo, que é passageiro – e se esvai com o fim do desejo – o indivíduo se torna algo móvel, passageiro: “Para a grande maioria dos habitantes do líquido mundo moderno, atitudes como cuidar da coesão, apegar-se às regras, agir de acordo com precedentes e manter-se fiel à lógica da continuidade, em vez de flutuar na onda das oportunidades mutáveis e de curta duração, não constituem opções promissoras.” (BAUMAN, 2005, p.60).

Harvey, (1996), afirmava que um dos traços mais marcantes da pós-modernidade, é a “compressão do tempo-espaço” e que, neste tempo breve e neste espaço diminuto, ocorrem tanto o crescimento da produção quanto o aumento da rapidez do fluxo de circulação de mercadorias pelo mundo. Diante desse quadro, Filho, (2003, p.51) argumenta que:

Os desdobramentos da esfera do consumo apresentam duas consequências significativas: a) a massificação dos mercados da moda proporcionou um meio de acelerar o ritmo de consumo não somente do vestuário, mas de ampla gama de estilos de vida e de atividades de lazer; e b) a transição do predominante consumo de bens para o crescente consumo de serviços.

Ainda Harvey (1996) e Filho (2003) caracterizam a sociedade pós moderna, através da volatilidade e efemeridade nos serviços, nas idéias e nos desejos, e instantaneidade e descartabilidade das mercadorias, onde em detrimento da ética, aflora a estética capitalizada, a era da imagem, do parecer e do aparecer.

Canclini (2003) aborda um outro aspecto do tema, ao relatar os descontentamentos contemporâneos que a sociedade globalizada, pós-moderna vem causando, segundo ele, alguns autores pós-modernos se concentram nos setores em que o problema não é tanto a falta, mas o fato de o que possuem tornar-se a cada instante obsoleto ou fugaz. Para o autor, pelas mesmas razões citadas acima, a cultura política também se tornou errática:

[...] desde que se tornaram raros os relatos emancipadores que viam as ações presentes como parte da história e procura de um futuro renovador, as decisões políticas e econômicas são tomadas em função das seduções imediatistas do consumo, o livre comércio sem memória de seus erros. (CANCLINI,1995. p.42)

Toda esta situação reflete diretamente no cotidiano dos cidadãos, mas principalmente dos grupos onde as carências são múltiplas, pois a maneira neoliberal de fazer a globalização consiste na redução de empregos com vista em reduzir custos para que se possa competir com as empresas transnacionais, “cuja direção se faz desde um ponto desconhecido, de modo que os interesses sindicais e nacionais quase não podem ser exercidos”, tendo como consequência o fato de que “mais de 40% da população latino americana se encontre privada de trabalho estável e de condições mínimas de segurança.”(CANCLINI,1995, p.43).

Assim como Canclini, (2003), Bauman,(2000), argumenta que um dos efeitos da globalização é o aumento da exclusão social e o redimensionamento do conceito de bem-estar social posto que o Estado-nação se caracteriza mais pelas medidas contra os “portadores” de insegurança.

As imensas desigualdades da globalização, situadas no ambiente da compressão do tempo e do espaço, permitem conceber essa nova ordem sob a marca da economia política da incerteza, definida como “o conjunto de ‘regras para pôr fim a todas as regras’ imposto pelos poderes financeiros, capitalista e comercial extraterritoriais sobre as autoridades políticas locais” (BAUMAN, 2000, p. 175).

O processo de globalização, a promessa do livre comércio e o desenvolvimento econômico como propulsor da diminuição das desigualdades sociais, tem se mostrado uma inverdade, o que de fato tem se apresentado é um aumento cada vez mais elevado da riqueza dos mais ricos e uma diminuição drástica das condições de vida dos mais pobres.

O que se apresenta é o aumento da fome, pobreza e miséria absoluta, “onde 800 milhões de pessoas estão em condições de subnutridas e 4 bilhões de pessoas vivendo na miséria” (BAUMAN, 1999, p. 81).

Contudo, para além da idéia de que pobreza é sinônimo apenas de fome, existem outras questões que não podem e não devem ser negligenciadas, como as péssimas condições de vida, analfabetismo, destruição de famílias etc.. Enfim, a pobreza leva ao processo de degradação social, que nega as condições mínimas de vida humana.

Em contrapartida, a globalização proporciona mais oportunidades aos indivíduos de classe alta de ganhar dinheiro mais rápido, entre outras coisas por utilizarem a mais recente tecnologia para movimentar largas somas de dinheiro mundo afora com extrema rapidez. No

entanto, essa tecnologia não parece causar impactos nas vidas dos pobres do mundo. “De fato, a globalização é um paradoxo: é muito benéfica para muito poucos, mas deixa de fora ou marginaliza dois terços da população mundial”. (BAUMAN, 1999, p. 79).

Esta situação influencia diretamente no cotidiano do indivíduo, em todos os aspectos de sua existência. Segundo Bauman (2009), nesta sociedade onde tudo é volátil, as relações humanas passaram a ser intangíveis e a vida familiar, de casais, de grupos de amigos, de afinidades políticas, enfim, a vida em conjunto, perde consistência e estabilidade. Na pós modernidade, ou modernidade líquida como denomina o autor, o consumo se torna a fonte principal de satisfação. Mas, além de fonte de satisfação, o consumo se torna o meio por onde os indivíduos se constroem como sujeitos. Esta construção é dada através da posse de determinados objetos de consumo, que acabam por formar as identidades. Os indivíduos pós-modernos, descritos por Bauman, (1999), não tem controle sobre seus destinos e decisões, até o espaço público têm-se tornado lugar de problemas privados, socialmente trata-se de uma involução ímpar pelo fato de que: “Não há indivíduos autônomos sem uma sociedade autônoma, e a autonomia da sociedade requer uma auto-constituição deliberada e perpétua, algo que só pode ser uma realização compartilhada de seus membros” (BAUMAN, 2001, p.81).

O que prevalece então como aspectos marcantes desta época são a exclusão sociocultural, o desemprego, a fragmentação a insegurança acabando por gerar nas pessoas o medo, a angústia, estresse, depressão, ociosidade, violência na medida em que vão se perdendo referenciais e valores humanos, éticos, sociais e individuais. (CHEMIN, 2008).

Sobre isto, também Alves (2007), expõe que nestas condições atuais do capitalismo, que envolve a todos e atinge as pessoas de forma integral, mente e corpo, “capturando” sua subjetividade acaba por contribuir para disseminação de novas doenças psicossomáticas. Para o autor:

É por mobilizar com intensidade e profundidade a alma humana, que o novo capitalismo, com sua nova cultura de fluidez e precarização, contribui para a epidemia de novas doenças psicossomáticas. As doenças do novo capitalismo atingem mais o homem integral, sua mente e corpo, com estresse e a depressão sendo sintomas da colonização intensa da vida social pelos requisitos empresariais [...] Eis, portanto, a matriz das novas doenças da alma. (ALVES, 2007, p.213).

Diante do exposto, ou seja, da atual conjuntura social, devemos refletir sobre o desenvolvimento integral do ser humano, como sua subjetividade pode ser respeitada e considerada, como pode o homem ser feliz na lógica do sistema capitalista, onde só tem valor

o que funciona segundo previsões, onde seus desejos, suas paixões, necessidades e aspirações passam a ser administrados racionalmente e manipulados pela lógica da eficácia econômica que o reduz ao papel de simples consumidor.

3 O LAZER NO MUNICÍPIO DE PELOTAS

O presente trabalho foi desenvolvido de acordo com a perspectiva dialética, entendendo que a mesma estuda as leis mais gerais do universo, leis comuns de todos os aspectos da realidade, desde a natureza física até o pensamento, passando pela natureza viva e pela sociedade. Esta concepção científica pressupõe o mundo como uma realidade material (natureza e sociedade), onde o homem está presente e pode conhecê-la e transformá-la. (MINAYO, 1993).

Ainda de acordo com Minayo,

A dialética refere-se ao método de abordagem da realidade reconhecendo-a como processo histórico em seu peculiar dinamismo, provisoriedade e transformação. A dialética é a estratégia de apreensão e de compreensão da prática social empírica dos indivíduos em sociedade (nos grupos, classes e segmentos sociais), de realização da crítica de ideologias e das tentativas de articulação entre sujeito e objeto, ambos históricos. (MINAYO, 1993).

A presente investigação consistiu em um estudo qualitativo, constituindo-se através do estudo da percepção dos moradores de baixa renda do Município de Pelotas a fim de responder ao objetivo geral do trabalho que foi verificar a visão sobre lazer presente na camada da população menos favorecidas economicamente no Município de Pelotas-RS, e as oportunidades e barreiras que se interpõe à vivência desse direito. E também aos objetivos específicos que são:

- Identificar as diferentes concepções de lazer que fazem parte do cotidiano popular, e compará-las com o pensamento oficial sobre o tema e sua relevância;
- Identificar as oportunidades e barreiras que se interpõe à prática do lazer nas camadas de baixa renda da população;
- Apontar indicadores que forneçam subsídios para elaboração de políticas públicas de lazer mais efetivas que atendam as necessidades da população.

A escolha da pesquisa qualitativa deu-se por avaliar que será a mais adequada para a temática, pelo fato desta ser indicada para trabalhos que visem mais a compreensão de aspectos subjetivos, relacionais e conjunturais, o que é difícil ser avaliado através de números.

A pesquisa qualitativa de acordo com Richardson (2007, p. 90): *“pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e*

características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”.

Num primeiro momento, a pesquisa contemplou uma fase exploratória, indicada por Gil (2007), com o propósito de revisão da literatura, de aprofundamento de conceitos preliminares sobre a temática e também como reunião de informações sobre o assunto que se pretendia investigar. O levantamento bibliográfico, ou revisão de literatura consiste, conforme Gil (2007, p. 44), na “análise das diversas posições acerca de um problema”, ou seja, buscam-se materiais já elaborados como obras, livros, artigos, entre outros, que contenham as informações necessárias para formulação dos capítulos teóricos, na pesquisa.

Após, foi realizada uma pesquisa de campo com moradores de baixa renda da cidade de Pelotas a fim de identificar a visão que possuem sobre o lazer, entendendo o campo como uma etapa fundamental dentro da pesquisa qualitativa, sendo muito valorizado dentro das pesquisas sociais por trabalhar com gente, “com atores sociais em relação, onde o sujeito de pesquisa se relaciona com o pesquisador, daí resulta um produto novo e confrontante tanto com a realidade concreta como com as hipóteses e pressupostos teóricos, num processo mais amplo de construção de conhecimentos”. (MINAYO, 1993, p.105)

Para identificação de moradores da cidade de Pelotas em situação econômica de baixa renda foi utilizado como critério o cadastro no Programa Bolsa família, que se destaca como um dos maiores programas de transferência de renda existentes no País e apresenta uma vasta cobertura em relação à proporção de famílias pobres e também a valores. (COLARES, 2007).

O Programa atende as famílias que possuem renda mensal per capita entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00 e crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. Para tanto, o governo federal concede, mensalmente, um benefício em dinheiro para as famílias selecionadas.

O contato com as pessoas participantes da pesquisa deu-se a partir do CRAS (Centro de Referência e Assistência Social) São Gonçalo, situado no bairro São Gonçalo, escolhido por abranger diversas regiões do município e estas se adequarem ao critério da pesquisa - são desfavorecidas economicamente - entre elas, o Navegantes I, II e III, Fátima, Zona da Balsa, Anglo, Cruzeiro e Humuarama.

O CRAS São Gonçalo, iniciou suas atividades em 2004. Atualmente o centro possui um total de 1.447 famílias cadastradas e, entre estas, um significativo número de beneficiários do Programa Bolsa Família. Realiza diversas atividades de serviço, orientação e atendimento às famílias da região, entre eles, cursos, ginástica, grupos de convivência, grupos de idosos, encaminhamento de documentos, dentre outras.

Primeiramente a pesquisadora entrou em contato com o CRAS São Gonçalo, agendando uma visita a fim de expor o projeto, bem como seus objetivos. Feito isto, uma primeira reunião foi marcada com coordenadora e a assistente social do mesmo, que aceitaram de pronto a idéia e mostraram-se bastante solícitas em contribuir com a pesquisa.

Após aprovado no Comitê de ética (2011/87) e aceito pela coordenação do CRAS, o projeto de pesquisa foi exposto e divulgado nos encontros do grupo de convivência, que são realizados semanalmente no local, oferecidos a beneficiários do PBF.

Os dados referentes à pesquisa foram coletados através de entrevistas gravadas, com um roteiro pré-estabelecido (ver anexo), combinando questões abertas e fechadas, realizadas individualmente a participantes do grupo de beneficiários do programa que se dispuseram a participar da entrevista e assinaram a um termo de consentimento livre e esclarecido (ver anexo).

A entrevista foi escolhida como a técnica de coleta de dados porque, segundo Minayo (1993), é a técnica mais usada no processo de trabalho de campo, pois proporciona maior interação entre entrevistador e entrevistado, fornecendo tanto dados primários quanto secundários, referentes a opiniões, crenças, condutas, sentimentos, etc.

Utilizou-se também a observação descritiva, a fim de tentar captar o que muitas vezes as falas dos entrevistados não conseguem expor, mas demonstram através de gestos, expressões, tempo de demora para responder, enfim, uma maneira de contribuir na interpretação da entrevistas. Segundo Minayo (1993, p.194), “a observação descritiva é a que se realiza de forma totalmente livre, embora o investigador de campo deva estar sempre focalizado no que constitui seu objeto de estudo”.

Foi realizado um total de 20 entrevistas, pois, segundo Duarte (2002), nas pesquisas qualitativas a prática tem indicado um número mínimo de 10 a 20 entrevistados, mas isso pode variar em razão do objeto e do universo de investigação tendo em vista que o essencial é garantir que o material obtido permita uma análise mais ou menos densa das relações estabelecidas no meio que se pretende investigar.

As entrevistas gravadas foram transcritas e depois interpretadas, o material de análise, resultante das vinte entrevistas do tipo semi-estruturado, foi submetido a um estudo aprofundado, orientado em princípio pelos referenciais teóricos. Após, passou-se a uma categorização das unidades anteriormente construídas, aspecto central de uma análise, a fim de comparar as respostas semelhantes e também as antagônicas, para, então, tecer observações a respeito da opinião dos entrevistados.

A realização desta pesquisa permitiu, primeiramente, uma caracterização dos entrevistados, traçando perfil dos mesmos quanto ao sexo, faixa-etária, escolaridade e profissão.

Evidenciou-se a predominância do sexo feminino, sendo que dos 20 entrevistados apenas 02 eram do sexo masculino. Esse resultado era esperado, visto que nas reuniões do grupo de convivência, frequentadas pela autora da pesquisa, também era possível notar o predomínio de mulheres, principalmente mães de família, e, também, os homens presentes além de minoria mostravam-se mais resistentes a participações, bem como, a conceder entrevistas.

Entre as mulheres, embora bastante solícitas visto que já me conheciam das reuniões do grupo, onde fui apresentada a elas pela equipe do CRAS, percebia-se certo desconforto quando informadas sobre o tema da pesquisa, como uma certa demora em responder, ou ainda, a dúvida sobre o tema, respondendo as perguntas com outras perguntas.

Quanto à idade, as entrevistas abrangeram pessoas dos 15 aos 74 anos, sendo que a grande maioria (13) ficou na faixa dos 30 aos 50 anos.

Em relação ao grau de instrução, nenhum dos entrevistados possuía ensino fundamental completo, a grande maioria interrompeu os estudos nas séries iniciais, e uma entrevistada que nunca frequentou escola.

Quanto às profissões, dentre as pesquisadas do sexo feminino, 13 disseram ser donas de casa e 05 diaristas, enquanto que entre os entrevistados do sexo masculino um está desempregado e o outro trabalha como caseiro e, também, ganha algum dinheiro guardando e vendendo lugares nas filas para consultas médicas.

3.1 SIGNIFICADO DO LAZER

Em geral, os entrevistados apresentaram muita dificuldade em responder sobre o tema. Na questão que especificamente tratava do conceito, da visão que possuíam, 09 dos entrevistados afirmaram não saber dizer o significado do lazer, o que pode ser verificado nas respostas a seguir. De acordo com a entrevista de número 9:

“Como assim? Não sei dessas coisas..podes me explicar..a eu gostaria mesmo é de trabalhar.” (ENTREVISTA 9).

O que fica evidente também na fala desta outra entrevistada.

“Como assim lazer? Não entendo muito não tive estudo eu não participava muito das palestras porque eu trabalhava por isso eu não sei, mas eu parei, agora eu to com a guarda do meu neto e é daqui, muitas coisas eu não sei. quando eu tava trabalhando eu não tinha muito tempo assim de conversar né..agora eu tenho,eu estudo eu escuto o rádio,vejo televisão, gosto muito de novela ,primeiro eu não sabia nada eu era de fora e não tinha muito conhecimento de coisas, mas agora eu sei,um pergunta uma coisa eu já sei responde agora vou entrara pro grupo daqui já vou aprender mais coisa.” (ENTREVISTA 14)

Esta dúvida e dificuldade também estão explícitas na entrevista de número 17, onde o entrevistado ao ser questionado respondeu: *“Aí tu me pegou”*.

Dos que responderam sobre significado do lazer, obteve-se respostas bastante evasivas, dificultando muito o entendimento de qual era o real significado que atribuíam ao mesmo.

Um dos entrevistados afirmou que o *“lazer é tudo” (ENTREVISTA 04)*, mas ao ser questionado a fim de saber o que significava este tudo, não soube responder, mantendo sempre a primeira resposta, sem conseguir explicá-la.

A dificuldade também fica bastante clara nas entrevistas de números 11 e 12: *“Lazer? Lazer é uma coisa boa né? Que eu gosto de fazer” (ENTREVISTA 11)*

Lazer é dona de casa né? , ou os cursos?Só fico em casa, não saio. (ENTREVISTA 12).

Mais confusa e evasiva ainda é a resposta de uma entrevistada que ao responder sobre o significado do lazer diz que: *“Significa uma coisa muito boa, que da pra usar pra várias coisas” (ENTREVISTA 20).*

A partir das respostas, percebe-se, também, o olhar que possuem sobre o direito ao lazer, reproduzindo uma visão predominantemente tradicional e elitista, que associa o lazer a algo apenas pertencente às classes mais altas da população. Como verificamos nas entrevistas a seguir: *Eu sou pobre, não costumo ter lazer (ENTREVISTA 07).*

“Como assim o lazer, lazer? Pobre não tem lazer”. (ENTREVISTA 08).

As respostas acima, evidenciam o que Zingone (2008) já afirmava ao descrever que nos dias atuais ainda prevalece um conceito de que lazer é coisa de rico, cuja vantagem é ter tempo livre para si e também recursos para consumir o que a indústria de lazer oferece, enquanto que o tempo livre para o pobre não significa tempo liberado para lazer, pode ser liberado do trabalho e não do emprego.

3.2 IMPORTÂNCIA DO LAZER NA VIDA DOS ENTREVISTADOS E DE SUA COMUNIDADE

Dos entrevistados, ao responderem sobre a importância do lazer em suas vidas, 10 afirmaram não saber, 05 associam sua importância como a um alívio do trabalho, uma maneira de lidar com o stress e também repor as energias como demonstram as respostas a seguir:

“Pra mim é muito importante, a gente tem que ter, nem que seja um final de semana a gente tem que ter um lazerzinho senão não dá, porque a gente sempre trabalhando, eu mesma sou diarista passo a semana trabalhando, as criança no colégio, daí chega fim de semana tem que descansar.” (ENTREVISTA 18)

“Acho que todo ser humano tem que ter os momento de lazer né, por que a pessoa necessita de ter um lazer né..a pessoa tem que trabalhar,tem que fazer tudo mas tem que ter um lazer também”.(ENTREVISTA 11)

“Sem ele acho que ninguém consegue sobreviver, né.. porque é ótimo, sem ele tu não vive”.(ENTREVISTA 04)

“Acho a pra ter um momento de viver melhor que às vezes a gente ta sempre naquela correria de casa, eu mesma às vezes to na rua porque faço manicure, mas to em casa, arrumando roupa fazendo comida, tem que sair pra descansar a cabeça, se divertir é uma questão de saúde mental.” (ENTREVISTA 03)

“Também, pra tirar o stress”. (ENTREVISTA 06)

De acordo com as respostas transcritas acima, pode-se perceber que a idéia do lazer que faz parte do cotidiano desses entrevistados é como algo compensatório, residual, pois nele se concentra a vontade de recuperar energias que se perdem no trabalho ou no tempo de realizar obrigações as mais diversas, isto é, nas palavras de Padilha (2002, p.126): “o lazer compensatório,de acordo com a lógica funcionalista,como uma válvula de escape que ajuda a manter a sociedade supostamente em equilíbrio, pois não propicia às pessoas nenhuma alternativa transformadora. A idéia de Padilha também é compartilhada por Marcellino ao afirmar que ainda nesta sociedade é muito latente a visão funcionalista do lazer:

[...] altamente conservadora, que busca a “paz social”, a manutenção da “ordem”, instrumentalizando o lazer como fator que ajuda a suportar a disciplina e as imposições obrigatórias da vida social, pela ocupação do tempo livre em atividades equilibradas socialmente aceitas e moralmente corretas”. (MARCELLINO, 2008, a.p.38).

Desta maneira a noção de lazer está atrelada principalmente aos benefícios que estas vivências trazem ao mundo do trabalho e ao “equilíbrio da sociedade”, o que é criticado por Chemin (2008), quando a mesma afirma que o parâmetro deve ser primeiro a busca pela dignidade da vida humana e no caso desta sociedade pós moderna, a busca pela mudança social urgente.

Outra questão bastante relevante, levantada por 03 dos entrevistados foi a afirmação dos mesmos em não ter tempo para o lazer:

“Pra mim é muito importante. Os filhos a família tomar um chimarrão pra mim é tudo de bom, mas tá faltando tempo pra mim”. (ENTREVISTA 05)

“Se eu disser que eu não conheço muito o que é lazer, a gente passa abaixo de mau tempo, não tem tempo de nada” (ENTREVISTA 07)

Dona de casa nunca para, né..(ENTREVISTA 10)

E, por fim, duas entrevistadas associam o significado do lazer a atividades relacionadas ao aprendizado, a cursos oferecidos pelo CRAS e pela Igreja:

“Pra mim é bom, ah e eu também tô numa escola que é na igreja ali eu faço artesanato, a gente trabalha com artesanato agora eu aprendi mais coisa, eu não sabia muita coisa, agora eu conheço mais as pessoas, agora eu modifiquei a minha vida, sou outra pessoa, em casa às vezes quando eu não tenho nada pra fazer eu tô fazendo meus artesanato, pra mim é bom, muito bom, a gente aprende com os outros” (ENTREVISTA 14).

“Pra mim é bom esses cursos, eu gosto de lazer, eu tô participando do artesanato na sexta feira, depois do crochê” (ENTREVISTA 12).

Nesta questão do lazer como aprendizado, há que se ter certo cuidado, devido ao seu caráter dúbio, pois, segundo Pinto (2008), no Brasil, em geral, as práticas educativas pelo e para o lazer, dominantes até a década de 80, tem sido marcadas por perspectivas instrumentalistas e utilitaristas, “que dão prioridade aos aspectos técnicos das atividades culturais no lazer, em detrimento à compreensão das relações e mediações humanas nelas vividos”. (PINTO 2008, P.46).

Ainda de acordo com o autor, este é um fator que exerce grande influência ainda hoje, embora esta situação tenha começado a sofrer uma reversão a partir dos anos 90, com “o

avanço da consciência sobre a importância do lazer como um dos fatores de qualidade de vida”. (PINTO, 2008, P.46).

O outro viés do lazer como aprendizado, como educação, crescimento e desenvolvimento, também é discutido por Pinto, (2008), ao estabelecer um diálogo com as idéias de autores como Paulo Freire, Edgar Morin e Juan Tedesco e afirmar que o lazer aprendizado, muito mais que a função utilitarista e instrumentalista, precisa ter como base a consciência de que todo desenvolvimento verdadeiramente humano deve valorizar o conjunto das autonomias individuais, as participações coletivas e a vida humana, o que no caso desta pesquisa, é identificado na entrevista de número (14), onde a entrevistada relata que o aprendizado modificou sua vida, lhe deu mais autonomia, destacando também a importância da socialização com outras pessoas.

3.3 ATIVIDADES DE LAZER MAIS PRATICADAS NA LOCALIDADE

Em relação às atividades que os moradores da região pesquisada mais praticam a maioria das respostas, talvez porque a população entrevistada era constituída mais de mulheres e mães, refere-se ao lazer das crianças, como mostra, por exemplo, as que são transcritas abaixo:

“Jogar bola e andar de bicicleta é o que mais gostam de fazer as crianças”.
(ENTREVISTA 03)

“Os meninos jogam futebol na volta da casa e as vizinhas escutam som no fim de semana, quando dá no jeito a gente senta um pouquinho né, porque tem que também sentar um pouquinho, eu também quando posso me sento um pouquinho com meus filhos pra conversar com meus filhos.” (ENTREVISTA 13)

“Eles jogam muito é futebol onde eu moro, a pracinha que tem ali as criança utilizam bastante.”(ENTREVISTA 12).

Futebol, campinho. fazem essas coisas.(ENTREVISTA 20)

Além dessas respostas que demonstram um olhar sobre o lazer como uma atividade voltada às crianças, obteve-se outras, embora poucas, que afirmavam não saber, ou ainda, não ter tempo para reparar nas atividades, como por exemplo, as citadas abaixo:

“Só correria do dia-a-dia, serviço, a vida é uma loucura”. (ENTREVISTA 05)

“Nem sei, cada um sabe oque gosta de fazer né, não sei te dizer, minha vida é muito corrida ai é difícil perceber o que os outros fazem”. (ENTREVISTA 04)

“Pertto da minha casa quase ninguém faz atividade nenhuma, que eu tenha visto”
(ENTREVISTA 06)

Estas concepções, expressas pelos entrevistados, tanto as que se referem ao lazer apenas das crianças, quanto as que relatam falta de tempo devido ao trabalho e a correria diária, vem ao encontro das afirmações de Gomes e Ysayama (2008) ao destacarem que a fase de vida adulta tem sido negligenciada nos estudos referentes ao lazer, o que, segundo os autores, acontece devido ao fato de que este período é associado à questão da produção, uma das obrigações mais presentes na vida dos adultos.

O trabalho é compreendido em um nível superior, como dever moral e fim em si mesmo, enquanto que o lazer classifica-se em um nível inferior como forma de preguiça e indulgência. Essa visão hierarquiza as vivências com as quais os adultos se envolvem, apontando o lazer como um elemento de recuperação para o trabalho e dificulta, de maneira geral, o acesso a esta dimensão da cultura, que já são prejudicadas por uma série de barreiras socioculturais. (GOMES E ISAYAMA, 2008, P.165).

Na fase adulta, segundo Clanclini (1995), os sujeitos suas possibilidades de vivência de lazer são valorizados pela sua capacidade de consumir, o que na sociedade neoliberal, globalizada em que vivemos, onde os direitos são desiguais, o direito de ser cidadão, em toda complexidade que isto implica acaba se restringindo as elites.

3.4 REIVINDICAÇÕES QUANTO O DIREITO AO LAZER

Quanto a prática de reivindicar, individual ou coletivamente, pelo direito ao lazer, metade dos entrevistados afirmou enfaticamente que exigências a respeito deste tema não estão nas pautas das discussões na comunidade: *“Não, a última vez que participei nem falei nisso aí”*. (ENTREVISTA 02)

“Não, nunca participei”. (ENTREVISTA 20).

A outra metade dos entrevistados, quando fala em reivindicações de direitos, aproveita para falar de inúmeras outras necessidades, não citando o lazer ou citando-o numa escala inferior na hierarquia das necessidades, ou, ainda, se refere ao mesmo de uma maneira funcionalista ou indireta.

“Ah falam, nós temos aqui umas pessoas, nós não temos aqui muita segurança, porque nosso posto aqui tá fechado, aqui a gente tem que se que nem cachorro comedor de ovelha, tem que se cuidar pra não levar o bote, aqui nós mesmo tem que fazer o nosso lado, não tem coisas boas assim que a gente possa sentar conversar não tem.”(ENTREVISTA 02)

“Sim, pedem melhora de tudo na verdade estamos num país riquíssimo né? O que é que falta, é pessoas que tenha vontade trabalhar né..eu sempre digo,onde um ou dois quer trabalhar o resto não né..e não é por ai, eu digo pros meus amigos que tem formação eu não tive né, não tive condições de estudar, de ser alguém na minha vida, como eu gostaria se eu tivesse estudo fazer uma prova passar, ser uma concursada,eu amo criança e adoraria trabalhar, adoro criança, tenho paciência tanto que tenho seis filhos e cinco netos, mas não tive esse privilégio” .(ENTREVISTA 05).

“Eu já participei de vários cursos aqui no CRAS, isso é lazer. As vez tem gente que pede mais os curso aí do CRAS que é muito bom, que esses curso aí é uma coisa que é muito importante, porque pelo menos a pessoa aprende alguma coisa e tem umas horas de lazer”.(ENTREVISTA 16).

“O direito a ser exigido é mais as crianças na rua que a gente queria mudar entendesse e mais também um projeto de vida melhor pras crianças.” (ENTREVISTA 01)

“Às vezes sim. É pedido muita coisa, melhora nas pracinha pras crianças, daí a gente vê crianças na rua, daí a gente pede pros presidente do bairro pra que monte pracinha pra quem tem filho pequeno”(ENTREVISTA 06).

A partir dos posicionamentos dos entrevistados, nas respostas transcritas acima, pode-se observar que o lazer não é entendido como um direito social básico, ou, pelo menos, não que mereça ser reivindicado por parte da população. Esta visão sobre o lazer ser entendido como menos importante do que os outros direitos sociais pode ter sua causa atribuída à influência do modelo neoliberal em que vivemos. De acordo com Bonalume (2001, p.190): “O projeto neoliberal relegou o social a um plano secundário e residual, introduzindo mecanismos privatizantes na conduta da política social, eliminando direitos, quebrando o princípio da universalização dos mesmos”.

Esta dificuldade de entender o lazer como direito, deve-se ao fato de o lazer ter sido tratado por muito tempo com certo preconceito, ou seja, “existe certo pudor em falar em banquete na casa de quem passa fome. Como falar de alegria quando há tanta gente sem casa, sem alimentação, sem saúde.” (CAMARGO, 1999, P.16). Partindo-se desta perspectiva, considera-se que o direito ao lazer só pode ser admissível quando se tem as necessidades básicas atendidas.

Ainda segundo Camargo (1999, p.16), este preconceito em relação ao lazer, também pode ser entendido como um preconceito à pobreza, como se além da falta de recursos, ser pobre significasse a falta de desejo pelo prazer e, “uma incapacidade de interagir com as pessoas, inclusive ludicamente.”

Neste íterim podemos concordar com a afirmação de Chemin, (2008, p.193): “Atualmente sabe-se que boa parte da população não tem percepção da importância do lazer na sua vida, nem conhecimento profundo acerca dos seus direitos sociais, principalmente o

lazer”. Ainda segundo a autora, esta situação deve-se principalmente a omissão do poder público em oferecer, informação e educação pelo e para o lazer transformando a população em coadjuvantes nos projetos de lazer, quando os mesmos existem.

Ora, se as comunidades não são incentivadas a se educar, discutir, se capacitar para o lazer, e, principalmente, a participar do planejamento e execução dos projetos, acabam por não ter iniciativa, deixando, portanto, todas as incumbências ao poder público [...] que muitas vezes não tem condições de atender a todos na medida da necessidade e adequação. Assim, o lazer continua não efetivo para muitas pessoas. (CHEMIN, 2008, P.193).

Após reflexão sobre as idéias dos autores acima, legitimadas com as entrevistas da pesquisa, fica evidente que a população estudada não demonstra ter consciência da importância do lazer e o que ele representa em sua vida, fazendo com que a mesma não participe e não se organize para reivindicar a efetivação deste direito que é garantido constitucionalmente a ela.

3.5 PROJETOS DE LAZER, NA LOCALIDADE, DESENVOLVIDOS PELO GOVERNO DO MUNICÍPIO.

Quanto ao desenvolvimento de atividades com foco no lazer da população, realizados pelo governo municipal de Pelotas, 09 dos entrevistados, afirmam não haver projetos deste tipo, e, em casos afirmativos, as respostas foram pouco precisas, como se pode observar nas citações a seguir:

“Que eu saiba, esses cursos aqui do CRAS parece que as quarta feira tem um negócio aqui que fazem cortes de cabelo, não tenho certeza”. (ENTREVISTA 16)

“Sim, vários agora de cabeça não sei te dizer” (ENTREVISTA 20)

“Eles tavam ai, desenvolvendo esses projeto, fazendo negócio de encanamento, mas até agora não fizeram nada aqui é tudo pobre a gente passa trabalho”.(ENTREVISTA 09)

“Só o Cras e o ginásio”. (ENTREVISTA 17)

“A única coisa é o projeto que eu sei que tem, o ginásio, aquele ginásio foi feito, mas nem se vê usarem a não ser pra fazer alguma reunião.”(ENTREVISTA 11)

Mediante as respostas dos entrevistados, tanto as que negam a existência de projetos de lazer desenvolvidos pelo governo do Município, quanto as que demonstram o desconhecimento e a dificuldade de identificá-los, por parte da população, podemos notar a tendência, já citada anteriormente por Cruz (2000), que afirmava que na maioria dos casos temos assistido a uma desresponsabilização, tanto municipal quanto estadual e federal no que

se refere a suas funções perante a garantia do direito ao lazer à população, deixando por conta do mercado que, através da indústria cultural, exclui e particulariza este direito.

O fato de o lazer não ser considerado uma prioridade, (pelo menos não efetiva dos governos), era atribuído, segundo Marcellino, (2006), a hierarquia de valores presentes na sociedade atual, regida pelo capitalismo, onde o social é suprimido pelo capital, dificultando assim o acesso e a identificação da população com os espaços e as práticas de lazer.

Esta situação é totalmente oposta à pretendida por Cruz (2000), que defende que as políticas públicas de lazer sejam fruto da participação popular com o apoio e o fomento do poder público.

3.6 MEIOS DE COMUNICAÇÃO PELOS QUAIS A COMUNIDADE DOS BAIRROS É INFORMADA DAS PROMOÇÕES NA ÁREA DE LAZER, DESENVOLVIDAS NO MUNICÍPIO DE PELOTAS

Quanto aos meios de comunicação que são utilizados para divulgar as realizações do município, em relação ao lazer, mais da metade dos entrevistados (16), relataram ficarem informados das atividades desenvolvidas, através da televisão e do rádio, havendo a predominância da televisão, o que pode ser explicado nas palavras de Bacal (2003, p.87) devido a “extrema facilidade que tem a televisão de penetrar os lares”, o que faz com que a mesma seja considerada o maior meio de comunicação de massa.

A televisão segundo Canclini (1995), acabou tornando-se peça fundamental na sociedade global, tanto que o acesso à mesma acaba transmitindo o sentimento de pertencimento à sociedade em que vivemos, dá a idéia de fazermos parte de algo, de sabermos o que se passa em nossa volta, de estarmos conectado ao mundo que nos cerca.

Ouvimos frequentemente comentários, questionamentos preconceituosos que afirmam não saber por que as pessoas com precárias condições econômicas compram televisores enquanto lhes falta a casa própria, o que comer e o que vestir.

Canclini (2003, p.50), dá algumas pistas para refletirmos sobre o porquê deste culto, a televisão, segundo ele através dos meios eletrônicos :

[...] foram estabelecidas outras maneiras de se informar, de entender as comunidades a que se pertence, de conceber e exercer os direitos. Desiludidos com as burocracias estatais, partidárias e sindicais, o público recorre a televisão e ao rádio para conseguir o que as instituições cidadãs não proporcionam : serviço , justiça, informação, reparações ou mesmo atenção (...) não é possível afirmar que os meios de comunicação de massa sejam mais eficazes que os órgãos públicos, mas

fascinam porque escutam e as pessoas sentem que não é preciso se ater a adiamentos, prazos que adiam ou transferem as necessidades (..) a cena de televisão é rápida e parece transparente; a cena institucional é lenta e suas formas são complicadas até a opacidade que gera o desespero.

O restante dos entrevistados dividiu-se em respostas como: carros de som, jornal e, também, através do CRAS São Gonçalo:

“Sempre tem algum carro falando”. (ENTREVISTA 19)

“As gurias aqui do CRAS avisam, mandam bilhete pra nós agora com essas coisa do ginásio tão fazendo um monte de coisa”. (ENTREVISTA 8)

“Ah a gente fica sabendo porque lá em casa meus guri tem jornal e aí a gente fica sabendo (ENTREVISTA 14)

3.7 DIFICULTADORES QUE A POPULAÇÃO ENCONTRA PARA O ACESSO AO LAZER

Quanto aos fatores que foram apresentados como dificultadores do acesso da população ao lazer, a grande maioria dos entrevistados (15) aponta o fator econômico como a maior dificuldade encontrada, conforme indicam as respostas a seguir:

“Por falta de dinheiro, o dinheiro é curto”. (ENTREVISTA 02)

“Os lugares, pra ir, aqui não é tanto porque a gente mora perto do centro, mas acho que tinha que ter um jeito das pessoas pode sair, e não gastar tanto porque, por exemplo, quem mora no Pestano como vai vim, numa praça, num passeio, numa feira do livro, tem gente que não tem condições, por exemplo, eu tenho sete filhos, as minhas três filhas mais velhas já pagam ônibus, pra mim poder visitar uma pessoa mais longe eu não vou, não tenho dinheiro porque eu pago ônibus, elas pagam ônibus, até a de 11 anos não paga tanto porque ela é bem pequenininha e nem parece ter 11 anos..é difícil, a nossa tarifa de ônibus é muito cara”. (ENTREVISTA 03)

“Dinheiro, sem dinheiro a gente não faz nada, é aquela história, dinheiro não traz felicidade, mas sem ele ninguém vive.” (ENTREVISTA 05)

“Geralmente é aquele estilo as coisa né, se tu não tem pra ti pagar, como é que tu vai ir prum troço desses”.(ENTREVISTA 10)

“Ah porque às vezes não tem uma condução própria pra levar, se a gente tem que i tem que aluga uma vãn e às vezes muitos não tem dinheiro, aí não dá pra gente ir, eu queria tanto vê aquele show que teve ali do exalta samba a gente tava já tudo pronto pra ir, depois na hora não deu porque uns tinham dinheiros outros não, aí a van não levou nós”.(ENTREVISTA 14)

As respostas obtidas em relação a este ítem, dificuldades no acesso ao lazer, expressam a teoria de Marcellino (2008), quando ele afirma que:

O fator econômico é determinante desde a distribuição do tempo disponível entre as classes sociais, até acesso à escola, e contribui para uma apropriação desigual do lazer. São as chamadas barreiras interclasses sociais. Sempre tendo como pano de fundo esse fator econômico, podemos distinguir uma série de aspectos que inibem e dificultam a prática do lazer, fazendo com que se constitua em privilégio. (MARCELLINO, 2008, P.14).

Também (ZINGONI, 2008) escreve que em uma sociedade predominantemente urbana, na qual se convive cada vez mais com diferenciadas condições econômicas, cada vez mais as pessoas são discriminadas e hierarquizadas também no lazer.

Conforme Souza (2008, p.128), vivemos segregados socialmente, por marcações que nem sempre são visíveis, mas manifestam-se através de ocupações distintas de territórios, espaços sociais e culturais. “Pobres e ricos, exceto à produção cultural artística de massa, escutam diferentes músicas, assistem diferentes filmes, freqüentam diferentes espaços culturais, diferentes equipamentos de lazer e diferentes espaços de praia”.

Para a transformação desta realidade, é de extrema importância que o lazer não seja apenas entregue a lógica do mercado privado, pois, conforme afirma Padilha (2002, p.113):

Enquanto o lazer estiver entregue à lógica do mercado privado, ele contribuirá para reforçar as desigualdades sociais [...] há, pois, nas sociedades capitalistas, uma impossibilidade real de acesso de todos os seres humanos aos bens materiais e simbólicos, o que impede a concretização da “utopia do tempo livre”, da “civilização do lazer.

Esta idéia de lazer mercadoria, acessível somente a quem tem dinheiro suficiente para pagar, segundo a mesma autora, é reforçada por políticas governamentais neoliberais, que se distanciam das necessidades básicas dos seres humano devido ao fato de os governos estarem atrelados às leis de mercado: “a carência de políticas públicas eficientes de lazer alimenta a privatização dos espaços de lazer, limitando o acesso aos incluídos sociais (os que tem emprego, salário e fazem parte da sociedade de consumo)”. (PADILHA, 2002, P.113).

Os outros entrevistados, em relação ao mesmo item pesquisado, atribuem a dificuldade a outros fatores, como a falta de interesse da população e a falta de conscientização na hora de ajudar na conservação dos espaços públicos destinados ao lazer.

“Porque às vezes umas pessoas estragam e as outras pagam, porque umas não cuidam, se eu não cuidar tu não vai ter, falta de conscientização”. (ENTREVISTA 04)

“Falta de interesse..não sei”.(ENTREVISTA 20)

“Eu pra mim é a falta de vontade, mas a maioria do pessoal acho que também.”.(ENTREVISTA 9)

3.8 ESPAÇO FÍSICO E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO LAZER NO BAIRRO.

Quanto ao levantamento de informações sobre o espaço físico e equipamentos existentes no bairro São Gonçalo, destinados a prática do lazer, percebe-se uma divisão de opiniões, 09 dos entrevistados afirmam não existir e os outros, (11) afirmam ter , embora demonstrem descontentamento com o que tem, considerando-os precários, insuficientes ou mal conservados.

“Tem a pracinha, mas eles não fazem nada, só pros maconheiros ficar, é um problema aquilo ali tinha ser utilizado, como lazer pras crianças, uma pracinha, balanços, brinquedos”. (ENTREVISTA 01)

“Tem, tem vários espaços, vários campos de futebol tinha pracinha e tudo mais, mas a população quebra, destrói, entendeu? Então não tem nada, não tem nada, então quer dizer que ali seria lugar ideal pra muita coisa.”(ENTREVISTA 06)

“Existe pracinhas, só pracinha eu acho e campo de futebol”. (ENTREVISTA 04)

“Que eu sei assim que tem é só as aulas de ginástica do CRAS, só isso”. (ENTREVISTA 16)

A partir das respostas expostas, verifica-se a carência de espaços e equipamentos destinados ao lazer no bairro São Gonçalo, e, ainda, a falta de manutenção e preservação dos poucos que existem. Isto faz com que muitas pessoas, principalmente as com menos recursos financeiros, fiquem excluídas de oportunidades de lazer.

Conforme Marcellino (2008, p.15), democratizar o lazer significa a democratização do espaço e dos equipamentos destinados para este fim. “Deve-se considerar que para efetivação das características do lazer, é necessário, antes de tudo que ao tempo disponível corresponda um espaço disponível”.

Contudo, o que se percebe atualmente é a centralização de equipamentos específicos (teatros, cinema...) ou a sua localização em espaços públicos segmentados, ou ainda, o fato de muitos deles, manterem um ar de “santuário” dificultando sua utilização por parte da população mais carente que apresenta dificuldades para utilização de equipamentos não específicos, como o próprio lar, bares, escolas.

Marcellino (2008) afirma que esta situação é agravada porque cada vez mais, as camadas mais carentes da população vem sendo expulsas para a periferia e assim, “afastadas

dos serviços e equipamentos específicos; justamente as pessoas que não podem contar com as mínimas condições para a prática do lazer em suas residências e para quem o transporte adicional, além de economicamente inviável, é muito desgastante”.

Camargo (1999) ressalta que, para que mais pessoas usufruam dos equipamentos e espaços de lazer, se faz necessário que estes estejam próximos das suas casas, para que o transtorno da locomoção seja evitado e que seja beneficiado o conjunto da vida urbana. Quanto a esta afirmação do autor, Chemin (2008), acredita que a melhor forma de abranger mais usuários dos projetos de lazer é descentralizar os investimentos, construindo áreas de lazer em diversos bairros, e não somente em uma área central. A centralização dos espaços de lazer tende a contribuir para a exclusão, beneficiando somente aqueles que moram perto desses equipamentos.

Segundo Cruz (2001, p.88):

[...] o que se observa nas cidades é uma organização que contribui para exclusão. Um espaço urbano onde os equipamentos de entretenimento destinados ao público em geral são concentrados, reduzidos e carentes de boa manutenção. Uma exclusão que significa a negação, á maioria da população, do acesso ao encontro, às vivências culturais, aos prazeres da vida, enfim, áquilo que hoje conhecemos pelo nome de lazer. (CRUZ, 2001, P.88).

Em relação a esta situação, Marcellino (2008), ressalta que, sendo o lazer privilégio de poucos, todo o esforço para sua democratização não pode depender unicamente da construção de equipamentos específicos, embora o autor defenda a importância dos mesmos, bem como a necessidade de serem “proliferados”, deve se propor ações que visem abranger a conservação dos equipamentos já existentes, sua divulgação, “dessacralização”, e incentivo à utilização, com políticas específicas e preservação do patrimônio ambiental, sendo indispensável também que o poder municipal, entenda a importância dos espaços urbanos de lazer nas cidades, evitando “que as empresas os transformem em produtos acessíveis somente às classes sociais mais altas”. (MARCELLINO 2008, p.16)

3.9 TIPO DE LAZER QUE OS MORADORES GOSTARIAM QUE TIVESSE NA LOCALIDADE.

Ao serem pesquisados sobre os tipos de lazer que os moradores locais gostariam que tivesse na comunidade, metade dos entrevistados, (10), respondeu que desejavam que houvesse mais oportunidades de lazer para as crianças:

“É abrir essa sede pra ter o negócio pras crianças eu gosto muito de crianças e gostaria que tivesse isso pras criança”. (ENTREVISTA 01)

“Campo de futebol, praça, a gente que é gaúcho, tomar um mate..com as crianças..”(ENTREVISTA 03)

“Brinquedo pras crianças porque eu tenho filho, que tivesse coisa pros adulto, pras mãe, pros pai, que lá não tem. (ENTREVISTA 04)

“Meu sonho era assim que tivesse colégio pra eles num turno assim e a tarde tivesse um salão enorme pras crianças, pra se distrair, atividades pra eles porque a criança ela precisa perder as energias né, agora tu imagina uma criança de 12 anos que tem aula de manhã, a tarde vai fazer o que em casa e a gente pobre não tem condição de pagar um curso nada..ta difícil, isso é muito preocupante pra mim que sou mãe, porque a gente vê muitas crianças na rua a Deus dará..é muito difícil isso aí”.(ENTREVISTA 05).

“Aqui mesmo o que tinha era a pracinha pras criança brincar, mas demoliram tudo, não tem mais nada, tinha o campo do São Jorge, mas não tem, no verão de tardezinha se a gente quer ir tomar um mate, pra anda nos balanço, um toco, já ta os grande, não tem mais nada. Faz falta a praça pras crianças”.(ENTREVISTA 09).

Verifica-se, novamente, uma percepção de lazer, não como um direito e sim, como uma ferramenta funcionalista, uma maneira conservadora de manter a “ordem”, e fazer com que as crianças ocupem seu tempo com atividades moralmente corretas, equilibradas e aceitas pela sociedade.

Nas respostas correspondentes a outra metade dos entrevistados, verificou-se que 05 pediram mais cursos, 03 deles afirmaram não saber responder, e os 02 restantes responderam festas e shopping.

Quanto aos que responderam que gostariam que houvesse mais cursos, legitimam o que já foi evidenciado em questões anteriores, ou seja, uma idéia utilitarista do lazer, o lazer confundido com o trabalho, o tempo livre utilizado, não como tempo dedicado ao prazer, as livres escolhas, mas sim como um tempo dedicado ao trabalho, à qualificação para o mesmo ou à aquisição de renda para o sustento da família.

“Me da uma opinião... seria ótimo se tivesse curso de tricô, bordado, fuxico, coisas úteis”. (ENTREVISTA 15)

“Bastante cursos pra nós, de culinária, docerias pra gente ganhar alguma coisa a mais, pra ter alguma coisa a mais pra te a renda pros filho da gente em casa”. (ENTREVISTA 08)

Forrester, (1997), afirma que o desemprego, ou a baixa renda para sustentar a casa, a família causam um sofrimento muito grande, trazem a perda de consideração social e até

mesmo da autodesconsideração, a vergonha de quem se acha culpado pela falência de seu próprio destino, alguém inútil à sociedade que supervaloriza o trabalho.

Neste contexto, verifica-se a dificuldade de falar em tempo livre, pois dentro do contexto de carências múltiplas, cria-se a idéia de inutilidade do tema, ou seja, o tempo para o lazer deve ser convertido em tempo para qualificações e requalificações, aquisição (consumo) de novos saberes, ou seja, tudo que habilite ao indivíduo para a competição num mercado de trabalho, que se encontra cada vez mais restrito.

Assim, na atual sociedade globalizada, com cortes nos direitos sociais, onde os mesmos estão sendo convertidos em mercadoria para quem tem condições de pagar por elas, verifica-se um preconceito ao referir-se ao lazer, enquanto a fome e o desemprego assombram a vida dos cidadãos. Como se o mesmo fosse um luxo não permitido à população de baixa renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A base, o princípio e a meta de nossa vida é o lazer, a mais nobre das atividades, aquela que por si justifica estar vivo, aquela que é o único motivo perceptível para continuarmos vivos. (Aristóteles apud Coelho, 2000, p.149).

A realização do presente trabalho de pesquisa, a partir da leitura de diferentes autores, oportunizou aprofundamento e ampliação do conhecimento sobre o lazer e possibilitou tecer considerações a respeito das respostas das pessoas entrevistadas, a luz do referencial teórico, sobre o direito ao lazer na visão de moradores do bairro São Gonçalo, Pelotas, beneficiários do Programa Bolsa Família.

Pode-se verificar que a noção de qualidade de vida, bem-estar e felicidade das pessoas vem, historicamente, passando por transformações e, na sociedade atual, capitalista, globalizada e tecnológica, está diretamente associada ao consumo. Dessa forma, o lazer, bem como outros direitos do cidadão, se transformou em bens e serviços entregues à lógica do mercado.

Esta situação cria a impossibilidade real do acesso de grande parte da população, principalmente as pessoas de baixa renda que não apresentam condições de pagar por ele.

Através da pesquisa evidenciou-se que embora o lazer, o tempo livre, seja uma conquista legal, um direito previsto a todos os indivíduos e cada vez mais reconhecido como fundamental na vida da população, podemos afirmar que, ainda hoje, este direito não é compartilhado e usufruído por todos.

Verificou-se que a visão sobre lazer presente na população de baixa renda, expressa nas respostas obtidas nas entrevistas realizadas é de que as pessoas sentem necessidade de atividades de lazer, mas não o colocam no mesmo plano de importância de suas outras necessidades como alimentação, saúde, moradia, etc..., é visto como algo secundário. A população entrevistada demonstrou não ter conhecimento acerca de seus direitos sociais, e muito menos de que entre eles está o lazer, construindo, assim, a idéia de que lazer não é coisa para pobre.

Em razão do desconhecimento que a população possui em relação ao lazer enquanto direito básico, previsto na constituição federal, ela acaba tornando-se coadjuvante nos projetos de lazer realizados pelos governos, isso quando eles existem.

A população pesquisada aponta alguns fatores que dificultam a prática do lazer, como a falta de tempo livre, a correria do dia-a-dia, a inexistência ou precariedade de espaços e equipamentos nos bairros, mas o fator salientado como o maior obstáculo foi o econômico, a falta de condições financeiras para pagar por esse serviço.

Diante das dificuldades existentes, o lazer da população estudada resume-se em usufruir dos parques espaços e equipamentos existentes na localidade e que, segundo a mesma, são precários e mal conservados. A má conservação ou a destruição dos locais e equipamentos, pela própria população, dá-se pela falta de conscientização, conhecimento e informações a respeito da importância e das possibilidades das práticas de lazer para a qualidade de vida, comprometendo assim a participação consciente da mesma. Daí a importância de tudo começar com diálogos que busquem conhecer os anseios individuais e coletivos, identificar valores, conceitos, significados, hábitos, mudanças culturais, condições de habitar, de organizar e animar espaços.

A democratização do acesso ao lazer apresenta-se, hoje, como uma difícil tarefa, um grande desafio a ser enfrentado pelos governos e a sociedade em geral. E isso pode ser conseguido a começar pelo maior conhecimento das diferenças entre as pessoas e suas práticas culturais. Isso é fundamental para a inclusão e o acesso de todos na realização de múltiplas ações, pois cria oportunidade de ampliar e diversificar o número de práticas culturais vividas no lazer, considerando vivências significativas para os sujeitos.

Para tanto, é de extrema importância para o desenvolvimento de políticas públicas, que os governos priorizem a participação, o envolvimento da comunidade em toda sua amplitude. Pois, para que se realize um projeto democrático de lazer, baseado nas reais necessidades da população, é preciso o auxílio e participação da ação comunitária, sem a qual o mesmo não seria possível.

Conforme BAVA, (2002, p. 87), “nunca é demais lembrar que é pela associação livre de vontades que o poder se cria. Desenvolver a capacidade da população de exercer a cidadania, isto é, a capacidade de saber escolher, efetivar escolhas e se beneficiar delas, é a mola central desse processo”. Notemos assim, que o primeiro passo a ser dado em direção à efetivação do direito ao lazer, é a sensibilização e a informação a respeito do mesmo, contudo quando referimo-nos a sensibilização, ela não se trata apenas da população, e sim da gestão pública também, ou seja, é imprescindível a parceria entre os moradores, a comunidade e o Governo, cada qual assumindo suas responsabilidades.

Enfim, ao apresentar este estudo, pretende-se contribuir não apenas para o aprofundamento e o enriquecimento do debate acadêmico a respeito do tema, mas, também, instigar reflexões a cerca da importância do lazer, direito social de todo indivíduo, incentivando a valorização de sua prática e a defesa da democratização do acesso a esse direito.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina/PR: Práxis, 2007.
- AMORIM, Patrícia. **Dialogando com noções de modernidade e pós-modernidade: o design e o espírito do tempo**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, UNB, 2006.
- BACAL, Sarah. **Lazer e o Universo dos Possíveis**. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2003.
- BARTH, Wilmar.L. **O Homem Pós-Moderno,Religião e Ética**.Revista Teocomunicação, Porto Alegre, v. 37, n. 155, p. 89-108, mar. 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **A arte da vida**. Tradução Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- _____. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- _____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BALANCO, Paulo. **As Transformações do Capitalismo: elementos teóricos para a composição de uma dialética da globalização**. in Anais do IV Encontro Nacional de Economia Política. Porto Alegre-RS, 1999.
- BAVA, Silvio; Spink, Peter. **Novos contornos da gestão local**: conceitos em construção (Orgs) SP: FGV, 2002.
- BONALUME,Cláudia Regina.**O lazer numa proposta de desenvolvimento voltada à qualidade de vida**.In:MULLER,Ademir;Da COSTA,Lamartine Pereira (Orgs).**Lazer e desenvolvimento regional**.Edunisc, 2001.p.189-214.
- BOFF, Leonardo. **A voz do arco-íris**. Brasília: Letraviva, 2000.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional Promulgado em 05 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas.
- CAMARGO, Luiz. O. **O que é lazer?** Coleção primeiros passos. São Paulo: Editora Brasiliense. 1986.
- _____. Educação para o Lazer. São Paulo: Moderna, 1999.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e Cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rj:UFRJ,1995.

_____. **A globalização imaginada**. SP: ed. Iluminuras, 2003.

COELHO, Teixeira. **Um decágono, dois teoremas e uma nova abordagem para o lazer**. In: Lazer numa sociedade globalizada. Sao Paulo. SESC: 2000. P.141-164.

CHEMIN, Beatris Francisca. **Políticas Públicas de Lazer: O papel dos Municípios na sua Implementação**. Curitiba: Juruá, 2008.

COLARES, Mônica. **Programa de Transferência de Renda no Brasil e seus Desafios Futuros**. Artigo de Mestrado em Política Social pela Escola de Serviço Social /Universidade Federal de Fluminense. 2010

COHN, Amélia. **Programas de transferência de renda e a questão social no Brasil**. Rio de Janeiro: Fórum Nacional, 2004. (Estudos e Pesquisas, n. 85). Disponível em: <<http://www.forumnacional.org.br/pu>> Acesso em: 19 dez. 2010.

CUSTODIO Mariana; HÚNGARO, Edson Marcelo. O Lazer e a “Idade da Falsificação” Revista Licere, Belo Horizonte, v.12, n.4, dez, 2009.

CRUZ, Manoel. **A experiência da frente popular em Porto Alegre**. In: Marcellino, Nelson(Org). Lazer e Esporte Políticas Públicas.SP; Autores associados, 2001.

DE MASI, Domenico. **O Futuro do Trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: UnB, 2000.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o Trabalho de Campo**. Revista Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 115, mar. 2002.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo. 3.ed. Perspectiva 2008.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

FILHO, Carlos Piovezani. **Política Midiatizada e Mídia Politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade**. In: Gregolin, Maria do Rosário.(Org) **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo** .São Paulo: Claraluz, 2003.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: UNESP, 1997.

GABRIEL, Oldrey. **Lazer e Religião: algumas aproximações**. In: MARCELLINO, Nelson (Org). **Lazer e Sociedade: Múltiplas Relações**. Campinas, SP. Alínea, 2008.

GIL. Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed.SP:Atlas,2007.

GOMES, Cristiane; YSAYAMA, Hélder. O lazer e as fases da vida. In: MARCELLINO, Nelson (Org) . **Lazer e Sociedade: Múltiplas Relações**. Campinas, SP. Alínea, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loiola, 1993.

HOURCADE, Hernán; GUTIERREZ Gustavo. **Qualidade de vida e os estudos sobre políticas públicas de lazer**.2003. Disponível em: <<http://www.fef.unicamp.br>> Acesso em 23 nov. 2011.

HUNGARO, Edson Marcelo. **Trabalho, Tempo Livre E Emancipação Humana - Os Determinantes Ontológicos das Políticas Sociais de Lazer**. Tese de Doutorado apresentada à pós-graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Educação Física,2008.

LAVINAS, Lena. **Excepcionalidade e paradoxo: renda básica versus programas de transferência direta de renda no Brasil**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007.

MARCELLINO, Nelson (Org).**Lazer e Sociedade:Múltiplas Relações** . Campinas, SP: Alínea, 2008 a.

_____. **Políticas públicas de lazer**. Campinas: Alínea,2008.

_____. **Estudos do lazer: Uma introdução**. 3.ed.São Paulo:Autores Associados, 2002.

_____. **Lazer e Esporte**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2001.

_____. **Lazer e Humanização**. São Paulo: Papyrus, 1995.

_____. **Lazer e Educação**. Campinas: Papyrus, 2005.

MARX, Karl. O capital. **Crítica da economia política**. RJ: Bertrand Brasil, 1989.

MASCARENHAS, F. **Lazer como prática de liberdade**. Goiânia: Editora da UFG, 2003.

_____. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. Tese de doutorado. Campinas: Faculdade de Educação Física da UNICAMP, 2005.

MELO, Vitor Andrade de; ALVES, Edmundo de Drummond. **Introdução ao Lazer**. Barueri, SP: Manole, 2003.

MENDES, Roseana; CUNHA, Carlos F. **Compreensões Sobre O Lazer: Uma Análise do Programa Esporte e Lazer da Cidade em Minas Gerais**. *Revista Licere*, Belo Horizonte, v.12, n.3, set./2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento :Pesquisa Qualitativa em Saúde**. SP: HUCITEC, 1993.

MOREIRA, Wagner; SIMÕES Regina. **Lazer e Qualidade de Vida:a corporeidade autônoma**. In: MARCELLINO, Nelson(Org). **Lazer e Sociedade: Múltiplas Relações**. Campinas, SP.Alínea, 2008.

OLIVEIRA, Cristina Borges. **Sobre Lazer, Tempo e Trabalho na Sociedade de Consumo**. *Revista Conexões*, v. 2, n. 1, 2004.

PADILHA, Valquiria. **Trabalho e Gestão de Pessoas: O que o lazer tem a ver com isso?** .In MARCELLINO, Nelson. **Lazer e Sociedade: Múltiplas Relações**. Campinas, SP. Alínea, 2008.

_____. **Se o trabalho é doença, o lazer é remédio?** in MULLER, Ademir, (org). **Lazer e trabalho: um único ou muitos olhares possíveis?** Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2003. p.43-53.

_____. **A indústria cultural e a indústria do lazer: uma abordagem crítica da cultura e do lazer nas sociedades capitalistas globalizadas.** In: MULLER, Ademir, (org). **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2002

PEIXOTO, Elza. **O Trabalho em Marx e Engels: Implicações para os estudos do Lazer**. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/>> acesso em 3 mar. 2011.

PINTO, Leila M. **Políticas públicas de lazer no Brasil: uma história a contar**. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Políticas públicas de lazer**. Campinas: Alínea, 2008 a.

PINTO, Leila. **Políticas Públicas de Recreação/Lazer e Desenvolvimento Local: Construção a partir da educação popular** .Apresentado no X Congresso Nacional de Recreación Coldeportes / FUNLIBRE, Colômbia 2008. Disponível em: <<http://www.redcreacion.org>> acesso em: 5 mar. 2011.

RICHARDSON, Roberto. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROCHA, Luiz C. **Políticas públicas de lazer: um olhar sobre a realidade brasileira**. Rev. Diálogos Possíveis, Salvador, v.3, 2004.

SALINAS, Samuel. **Do Feudalismo ao Capitalismo: transições**. São Paulo: Editora Atual, 1998.

SANTANA, Jomar. **A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família**. Trabalho apresentado no Seminário População, Pobreza e Desigualdade, realizado em Belo Horizonte – Brasil, de 5 a 7 de novembro de 2007.

SANTOS, Flávia; FRANCO, Sílvia. **Sobre Lazer e Políticas Sociais: Questões Teóricas conceituais**. Revista Pensar a Prática, Goiânia, v. 13, n. 3, p. 113, set./dez. 2010.

SIQUEIRA, Holgónsi. **Cultura de consumo pós-moderna**. fragmento retirado da tese de doutorado Pós modernidade, política e educação. UFSM, 2003. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi>> Acesso em 04 out. 2011.

_____. Jean Baudrillard: importância e contribuições pós-modernas. In Diário de Santa Maria 01 de abril de 2007. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi>> Acesso em 05 out. 2011.

SOUZA, Flávia F. **Estrutura Política Excludente. Práticas Culturais Normalizadoras, Políticas de alívio à Pobreza: o lazer em questão**. In MARCELLINO, Nelson (Org). **Lazer e Sociedade: Múltiplas Relações**. Campinas, SP. Alínea, 2008.

TROJAN, Rose Meri . **(Pós) Modernismo, Trabalho e Educação**: UFPR:Revista Educação e Arte / n.01,2005.

WRLA(Org). **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: Sesc, 2000. edição bilíngüe .

ZINGONI, Patrícia. **O lugar da Família nas Políticas de Lazer**.In: MARCELLINO, Nelson(Org).**Lazer e Sociedade:Múltiplas Relações**.Campinas,SP.Alínea,2008.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE O LAZER:

1.Gênero: () masculino () feminino

2.Idade

3-Escolaridade:

4.Profissão:

5.Renda:

6-O que significa lazer para você?

7-Qual a importância do mesmo em sua vida e na vida de sua comunidade?

8-Quais as atividades de lazer mais praticadas pelos moradores da localidade?

9-O tema lazer está em pauta nas reuniões da comunidade (reivindicações etc.)?

10-O Município desenvolve algum projeto de lazer aqui na localidade? (em caso de resposta positiva, qual a participação da população nesta atividade?).

11-Meios de comunicação pelos quais a comunidade dos bairros é informada das promoções na área de lazer desenvolvidas no Município de Pelotas?

12-Quais os dificultadores no acesso ao lazer para a população da localidade?

13-No bairro existe espaço físico e equipamentos destinados ao lazer? Quais são eles?

14-Que tipo de lazer você gostaria que tivesse aqui na localidade?

APÊNDICE 2: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento eu

_____,RG _____ autorizo a pesquisadora, Alice Islabão Lopes, portador (a) do RG 3082155486 e CPF 003.838.660-73, a utilizar minha entrevista, a ser veiculada, primariamente, no material em texto desenvolvido como Trabalho de Conclusão do Curso de Mestrado em Política Social da Universidade Católica de Pelotas que tem por objetivo verificar a visão sobre lazer presente nas camadas da população menos favorecidas economicamente no Município de Pelotas-RS, e as oportunidades e barreiras que se interpõe à vivência desse direito, a entrevista poderá ser utilizada sem limitação de tempo ou de número de exibições.

Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha a entrevista concedida no dia ___/___/_____, pela pesquisadora Alice Islabão Lopes da forma que melhor lhe aprouver, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como material impresso, CD (“compact disc”), CD ROM, CD-I (“compact-disc” interativo), “home video”, DAT (“digital audio tape”), DVD (“digital video disc”), rádio, radiodifusão, televisão, internet.

Contatos:

Pesquisadora Alice Lopes:aliceilopes@hotmail.com/Fone:8133-64-75

Orientador da pesquisa:Prof Dr:Fábio Souza da Cruz/fabiosouzadacruz@gmail.com

Pelotas, _____ de _____ 2011.